

Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Inf. e Documentação (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Especialização em Contabilidade Pública

Marilia Augusta Teixeira de Moura

ANÁLISE DA ESTRUTURA DAS UNIDADES SETORIAIS DE CONTABILIDADE NO
PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

Brasília
2008

Professor Doutor José Geraldo de Sousa Júnior
Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva
Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Inf. e Documentação

Professor Doutor Paulo Roberto Barbosa Lustosa
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor Jorge Katsumi Niyama
Coordenador Geral do Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências
Contábeis (UnB/UFPB/UFRN)

Professor Mestre Wagner Rodrigues dos Santos
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - diurno

Professor Mestre Cláudio Moreira Santana
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - noturno

Marilia Augusta Teixeira de Moura

ANÁLISE DA ESTRUTURA DAS UNIDADES SETORIAIS DE CONTABILIDADE NO
PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília, como requisito à obtenção do grau de Especialista em Contabilidade Pública.

Orientador: Prof. Mestre Cláudio Moreira Santana

Brasília
2008

MOURA, Marília Augusta Teixeira de

Análise da estrutura das unidades Setoriais de Contabilidade no Poder Judiciário Federal /Marília Augusta Teixeira de Moura -- Brasília, 2008 Quant. p.63.

Monografia (Especialização em Contabilidade Pública) – Universidade de Brasília, 2008.

Bibliografia.

1. Setorial Contábil 2. Tesouro Nacional 3. Contabilidade Pública 4. Controle Interno I. Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação da UnB. II. Título.

CDD –

Marília Augusta Teixeira de Moura

ANÁLISE DA ESTRUTURA DAS UNIDADES SETORIAIS DE CONTABILIDADE NO
PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

Monografia defendida no Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília como requisito à obtenção do grau de Especialista em Contabilidade Pública e aprovada pela seguinte comissão examinadora:

Prof. Mestre Cláudio Moreira Santana
Orientador - Universidade de Brasília (UnB)

Brasília, dezembro 2008

À minha amada família sem a qual a vida não teria sentido.

AGRADECIMENTOS

Agradeço

Ao meu esposo Adolfo por me apoiar incondicionadamente nesta jornada;

à minha pequerrucha Luísa, que mesmo sem entender as razões de minha ausência durante esta caminhada soube se comportar como se compreendesse exatamente o que estava acontecendo;

ao Superior Tribunal de Justiça por me proporcionar esta oportunidade em aprimorar meus conhecimentos;

aos professores que dividiram seus conhecimentos, contribuindo para o crescimento intelectual e profissional;

a todos os colegas do Poder Judiciário que, mesmo sem me conhecer, colaboraram comigo fornecendo-me as informações que necessitava durante a elaboração do meu trabalho de conclusão de curso, esclarecendo minhas dúvidas e sem a ajuda dos quais este trabalho não teria se realizado.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar como está estruturada a unidade que desempenha o papel de Setorial Contábil dentro dos Órgãos que compõe o Poder Judiciário, tomando-se por base a estrutura destas unidades nos tribunais superiores, no Conselho da Justiça Federal e no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Para alcançar os objetivos aqui propostos, pesquisou-se a legislação que define o que vem a ser uma unidade setorial contábil, os regulamentos internos das Secretarias dos Tribunais, a doutrina acerca da importância, finalidade, qualidade da informação contábil. O trabalho estrutura-se em cinco capítulos a saber: introdução onde são apresentadas as principais idéias a serem desenvolvidas durante o trabalho, a justificativa e relevância para o desenvolvimento do mesmo, os objetivos gerais e específicos. Referencial teórico onde são apresentados os conceitos de contabilidade pública, controle interno, as definições de setorial contábil apresentando as normas ou doutrina que dão suporte ao que está sendo apresentado e também como está estruturado o Poder Judiciário. Metodologia de trabalho, os resultados referentes aos normativos internos das secretarias dos Tribunais e Conselho da Justiça Federal nos quais estão definidas as atribuições das setoriais contábeis a análise e discussão que dizem respeito ao confronto dos normativos internos com a legislação, as normas e a doutrina apresentadas anteriormente e posteriormente as considerações finais momento em que se sugere a possibilidade de o Conselho Nacional de Justiça, a quem compete à supervisão administrativa dos órgãos do Poder Judiciário, normatizar a estrutura da Setorial Contábil.

Palavras-chaves: Setorial Contábil. Tesouro Nacional. Contabilidade Pública. Controle Interno

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Quadros

Quadro 1: unidade a que pertence a setorial contábil	47
Quadro 2: atribuições da setorial contábil, conforme decreto 3.589/2000.....	49
Quadro 3: atribuições não previstas na legislação mas relacionadas com as atribuições da setorial contábil	52
Quadro 4: atribuições típicas de execução ou não relacionadas com as de setorial	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF	Constituição Federal
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CJF	Conselho da Justiça Federal
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MF	Ministério da Fazenda
NBC T	Norma Brasileira de Contabilidade - Técnica
RMA	Relatório de Movimentação de Almojarifado
RMB	Relatório de Movimentação de Bens Móveis
RP	Restos a pagar
SCI	Secretaria de Controle Interno
Seconta	Seção de Contabilidade Analítica
SFC	Sistema Federal de Contabilidade
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIGF	Sistema de Informações de Gerenciamento Financeiro
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos imóveis de uso especial da União
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
STM	Superior Tribunal Militar
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUCON	Subsecretaria de Contabilidade
TCU	Tribunal de Contas da União
TJDFT	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
TRE's	Tribunais Regionais Eleitorais
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TST	Tribunal Superior do Trabalho
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SUMÁRIO

RESUMO	8
LISTAS DE ILUSTRAÇÕES	9
1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Contextualização	12
1.2 Problema de pesquisa	15
1.3 Objetivos do Estudo	15
1.3.1 <i>Objetivo Geral</i>	16
1.3.2 <i>Objetivos Específicos</i>	16
1.4 Justificativas e Relevância	16
1.5 Organização do trabalho	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO	18
3 METODOLOGIA DE PESQUISA	32
3.1 Método de Trabalho	32
3.2 Protocolo do estudo de caso	32
4 RESULTADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO	
4.1 Análise dos Achados	46
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
6 REFERÊNCIAS	56

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

Para que a contabilidade possa cumprir com o seu papel de instrumento para as ações de planejamento e de controle, bem como servir de suporte para as tomadas de decisão faz-se necessário que estas informações sejam produzidas a partir de critérios uniformes e padronizados.

Conforme a marco-função 02.03.19 do manual SIAFI, que dispõe sobre as demonstrações contábeis o item 2.1, traz: “As demonstrações contábeis são instrumento de análise e controle a nível gerencial (tomada de decisão) demonstrando as situações econômico-financeira e patrimonial do exercício, [...]”.

Lima e Castro (2007, p. 92) ao abordarem as prescrições do Banco Mundial para sistemas de informações contábeis e financeiras do Setor Público afirmam:

Consoante o Manual do Banco Mundial para Gestão Financeira Pública, um sistema de informações de gerenciamento financeiro (SIGF) deve fornecer aos tomadores de decisão e gerentes do Setor Público um conjunto de ferramentas para apoiar o controle agregado da despesa e de eventuais déficits, a priorização estratégica dos gastos em conformidade com as políticas, programas e projetos [...]

[...] Um sistema saudável também fornece informações para os gerentes tomarem decisões embasadas, permite que as transações sejam adequadamente documentadas, gerando credibilidade, torna possível reportar resultados em termos financeiros e de custos, permite controlar a execução do orçamento do exercício financeiro em andamento e preparar o orçamento futuro com base nos gastos atuais e passados, fornece relatórios financeiros periódicos e auditáveis, gerando credibilidade nas operações governamentais e fortalecendo a *accountability*.

Silva e Tristão (2000, p. 6) em sua obra argumentam a necessidade de padronização da informação contábil citando como exemplo as instituições financeiras que se utilizam destas informações para avaliar a capacidade de pagamento das empresas para as quais estão concedendo empréstimos e financiamentos. Assim, para permitir a comparação entre empresas de um mesmo setor, afirmam os autores “[...] é importante que duas empresas de um mesmo setor representem os fatos de maneira semelhante, pois somente assim será possível compará-las.”.

Dentre os objetivos de caráter específico do Sistema Integrado de Administração Federal (SIAFI) e do Sistema Integrado de Administração para os Estados e Municípios (SIAFEM) informados por Fortes (2002, p. 38) tem-se os abaixo destacados que reforçam a idéia da necessidade de padronização das informações contábeis:

- a) Centralização da execução orçamentária e financeira, permitindo a padronização dos métodos e rotinas de trabalho, com benefícios sensíveis para a regulação dos procedimentos, disseminação de conhecimentos e execução de trabalhos;
[...]
- c) aprimoramento das funções dos Órgãos de Contabilidade Analítica, que poderão ter seus recursos humanos deslocados do registro das entradas de dados (escrituração) para a análise e controle das saídas contábeis (relatórios).

A contabilidade tem, ainda, a missão de ser instrumento de prestação de contas da aplicação dos recursos geridos pelo poder público, demonstrando para a sociedade a utilização dos recursos arrecadados por meio de impostos.

Neste sentido, Bugarin em sua exposição de motivos para que o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) esteja trabalhando na elaboração e discussão de normas de contabilidade aplicadas ao setor público (07 e 08 de abril de 2008, p. 3) afirma:

A Contabilidade Pública representa para a cidadania principal instrumento de controle e acompanhamento das ações e políticas públicas, materializadas na correta aplicação dos recursos públicos, na condução ética da gestão e na obrigação dos gestores públicos de prestar contas.

A confecção de demonstrações contábeis que representem uma visão justa e adequada da movimentação e aplicação de recursos públicos, bem como dos resultados alcançados, é fundamental para alinhar as ações dos gestores e a compreensão dos cidadãos, em consonância com as boas práticas da governança pública.

Reforça este pensamento, os dizeres do Sr. Maurício Albuquerque Vanderlei, que representando o Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU) na solenidade de abertura do 1º Seminário Internacional de Contabilidade Pública, realizado em Brasília, explanou:

[...] Acredito que nossas sociedades exigem, cada vez mais, transparência, efetividade, regularidade na aplicação dos recursos públicos. Para a correta avaliação desses requisitos, a contabilidade pública é um instrumento fundamental [...] Nós entendemos que a utilização de indicadores, calculados a partir das informações que constem dos sistemas informatizados, se mostram cada vez mais necessários e imperiosos. E nesse contexto o TCU vem, nesse exato momento, empreendendo importante discussão no sentido de buscar novos caminhos para aperfeiçoar a sua estratégia de controle. E nesses novos caminhos a contabilidade pública ganha um destaque muito importante.

No âmbito, da Administração Pública Federal a contabilidade é registrada utilizando-se o Sistema Integrado de Administração Financeira, cujo objetivo é integrar as informações de todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal, e possibilitar que estas estejam disponíveis tempestivamente aos usuários da informação contábil.

Entretanto, a adoção de um sistema informatizado não é condição suficiente para garantir a consistência e a padronização necessárias para que a informação contábil possa desempenhar efetivamente o seu papel de fonte segura e tempestiva de informações gerenciais.

Assim, a Lei 10.180/2001 organizou, entre outros, o Sistema Federal de Contabilidade (SFC), pelo Órgão Central, representado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda (MF) e por Órgãos Setoriais compreendidos pelas unidades de gestão interna das demais unidades orgânicas da Administração Pública Federal e estando sujeitos à orientação normativa e supervisão técnica do Órgão Central, sem prejuízo da subordinação ao Órgão aos quais pertençam.

A existência de uma unidade Setorial de Contabilidade nos Órgãos é, em tese, a garantia de que as informações contábeis produzidas no âmbito da administração pública federal seguem os mesmos critérios e padrões de contabilização nesta esfera de governo, pois esta unidade é responsável pela análise dos demonstrativos contábeis, sua compatibilidade com os normativos aplicáveis à contabilidade pública, acompanhamento das orientações emanadas pela Secretaria do Tesouro Nacional e repasse para as unidades envolvidas no processo de execução orçamentária e financeira no SIAFI, e desempenho de atividades típicas de acompanhamento da evolução patrimonial do Órgão.

Apesar de integrar a administração pública federal, receber recursos do orçamento, utilizar-se do SIAFI para registrar a sua execução orçamentária e financeira, ao Poder Judiciário não se aplicam, necessariamente, todas as normas emanadas pelo Poder Executivo, pois no que diz respeito a sua organização administrativa, o artigo 99 da Constituição Federal assegura ao Poder Judiciário autonomia financeira e administrativa, garantindo, assim, liberdade aos Tribunais para organizarem seus serviços e elaborarem suas propostas orçamentárias de acordo com as normas de procedimento constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). De acordo com Moraes (2001, p. 444) “Esta autonomia e independência ampla encontra resguardo em todos os Estados democráticos de Direito, pois, os Tribunais têm, sob o ponto de vista estrutural-constitucional, uma posição jurídica idêntica à dos outros órgãos constitucionais de soberania”.

Para o Ministro Pádua Ribeiro, do Superior Tribunal de Justiça, “[...] o rigor na efetivação dos gastos públicos deve assumir, no seu âmbito, aspectos de cristalina transparência.” Estando em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal dispendo já no § 1º do artigo 1º que “a responsabilidade fiscal pressupõe a ação planejada e transparente em que se previnem riscos e corrigem distorções capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas”, demonstrando a preocupação da sociedade no tocante a transparência, adequação e eficiência na gestão dos recursos públicos.

Por estas razões os Órgãos do Poder Judiciário mantém em sua estrutura administrativa uma unidade responsável por desempenhar as atribuições de Setorial Contábil, muitas vezes acumulando com outras atribuições que pela sua natureza são incompatíveis com a condição de setorial contábil.

Em alguns casos, dependendo de onde estejam localizadas e das atribuições que lhes são conferidas, as Setoriais Contábeis não possuem a independência necessária para desempenhar adequadamente o seu papel.

Por exemplo, no caso do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal a setorial encontra-se no Controle Interno cujo foco das ações baseia-se no controle, contrapondo-se à condição de orientador que cabe às setoriais. Já no caso do Supremo Tribunal Federal (STF) e Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios a Setorial de Contabilidade está inserida na área de execução orçamentária e financeira, desempenhando, inclusive, atividades de execução.

1.2 Problema de pesquisa

As atividades desempenhadas pelas unidades setoriais contábeis do Poder Judiciário estão compatíveis com o previsto pelo Órgão Central de Contabilidade?

1.3 Objetivos do Estudo

Tendo em vista o problema de pesquisa são objetivos do trabalho:

1.3.1 *Objetivo Geral*

Analisar as atribuições das setoriais contábeis dos Tribunais Superiores, do TJDF e do Conselho da Justiça Federal e identificar possíveis incongruências entre o que cabe a uma unidade setorial de contabilidade e as atividades desempenhadas por cada uma nos órgãos do Poder Judiciário Federal.

1.3.2 *Objetivos Específicos*

- Confrontar as atividades desempenhadas pelas Setoriais Contábeis dos Órgãos do Poder Judiciário e aquelas previstas nos normativos legais;
- Identificar situações em que possam existir conflitos entre as diversas atividades desempenhadas;
- Averiguar a possibilidade de padronizar as atividades da setorial contábil no Poder Judiciário, atendendo aos objetivos constantes nos normativos legais que regulam o Sistema de Contabilidade Federal.

1.4 Justificativas e Relevância

Conforme disposto no § 3º, artigo 17, da Lei 10.180/2001 é possível concluir ser a setorial contábil de um Órgão o elo entre a área responsável pela execução orçamentária e financeira no SIAFI e a STN.

Art. 17. Integram o Sistema de Contabilidade Federal:
I - a Secretaria do Tesouro Nacional, como órgão central;
II - órgãos setoriais.

...

§ 3º Os órgãos setoriais ficam sujeitos à orientação normativa e à supervisão técnica do órgão central do Sistema, sem prejuízo da subordinação ao órgão em cuja estrutura administrativa estiverem integrados.

O estudo pormenorizado que tenha por escopo o conjunto de atividades das unidades que desempenham as atribuições de Setorial Contábil deve-se ao fato de serem funções precípuas dessa setorial:

- a análise dos demonstrativos contábeis;

- a verificação da compatibilidade dos registros contábeis com os normativos aplicáveis à contabilidade pública;
- o acompanhamento das inconsistências surgidas durante a execução orçamentária e financeira e seus respectivos ajustes;
- a interação com a Coordenação Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional – Ccont/STN, servindo de elo entre o órgão Central e as unidades de execução sob sua jurisdição e garantir, dessa forma, a Consistência das informações contábeis produzidas.

Contudo, as Setoriais de Contabilidade no Poder Judiciário estão alocadas em unidades orgânicas distintas em cada órgão, desempenhando diversas outras atividades, muitas vezes incompatíveis com a função de orientador que lhes cabe.

1.5 Organização do trabalho

O trabalho está organizado da seguinte forma:

1. Conceituação de contabilidade pública, controle interno, objetivos, e estrutura do Poder Judiciário na constituição Federal (CF) e definição de Setorial de Contabilidade;
2. Apresentação das atribuições das setoriais contábeis do Poder Judiciário e comparação com as previstas na legislação, análise e exposição das divergências constatadas;
3. Sugestão de padronização da estrutura administrativa das setoriais por parte do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A informação contábil surge da necessidade dos vários usuários em conhecer a situação econômica, financeira e patrimonial de uma entidade. Segundo Iudícibus et al (1993, p. 21) “O desenvolvimento inicial do método contábil esteve intimamente associado ao surgimento do capitalismo, como forma quantitativa de mensurar os acréscimos ou decréscimos dos investimentos iniciais alocados a alguma exploração comercial ou industrial.”.

No mesmo sentido, ao conceituar contabilidade pública Mota (2006. p. 186) afirma que o surgimento da contabilidade pública advém da necessidade da Administração Pública em conhecer e controlar o seu patrimônio, assim dispondo: “A necessidade de se controlar, quantificar, qualificar, analisar e demonstrar esse conjunto de bens, direitos e obrigações (patrimônio) provoca o surgimento da contabilidade pública”.

Desta maneira, pode-se concluir que o objeto da contabilidade é o patrimônio e suas alterações tanto qualitativas como quantitativas.

O Poder Judiciário integra a Administração Pública Federal, recebendo recursos do orçamento da União para desempenhar suas atividades, executando-os no SIAFI, fazendo assim, parte do sistema federal de contabilidade, estando sujeito à orientação e supervisão do Órgão Central, conforme determina o § 3º do artigo 17 da Lei 10.180/2001.

O Decreto nº 3.589, de 06 de setembro de 2000, que dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências, em seu artigo 2º afirma que “o Sistema de Contabilidade Federal visa a propiciar instrumentos para registros dos atos e dos fatos relacionados à administração orçamentária, financeira e patrimonial da União e a evidenciar:” trata das competências dos órgãos setoriais do Sistema de Contabilidade Federal, e, em seu artigo 6º, estabelece entre outras atribuições:

I - prestar assistência, orientação e apoio técnicos aos ordenadores de despesa e responsáveis por bens, direitos e obrigações da União ou pelos quais responda;

...

IV - analisar balanços, balancetes e demais demonstrações contábeis das unidades gestoras jurisdicionadas;

V - realizar a conformidade dos registros no SIAFI dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos ordenadores de despesa e responsáveis por bens públicos, à vista.

A Lei Complementar 101/2000 (LRF), em seu art. 50, ao tratar da escrituração e consolidação das contas em seu § 2º assim determina: “A edição de normas gerais para a consolidação das contas públicas caberá ao órgão central de contabilidade da União, enquanto não implantado o conselho de que trata o art. 67.” O aludido artigo 67, trata da constituição de um conselho de gestão fiscal com representantes de todos os Poderes e esferas de Governo, do Ministério Público e entidades representativas da sociedade cujo objetivo é o acompanhamento e a avaliação, permanente, da política e da operacionalidade da gestão fiscal. Dentre os propósitos deste conselho, destacamos:

III - adoção de normas de consolidação das contas públicas, padronização das prestações de contas e dos relatórios e demonstrativos de gestão fiscal de que trata esta Lei Complementar, normas e padrões mais simples para os pequenos Municípios, bem como outros, necessários ao controle social;

2.1 Contabilidade Pública

A contabilidade pública é um ramo especializado da contabilidade, no qual aplicam-se as técnicas e princípios contábeis aos atos e fatos passíveis de contabilização na Administração Pública, observando-se as normas de direito financeiro e finanças públicas de forma a produzir informações precisas sobre o patrimônio e a gestão dos recursos públicos, bem como fornecer suporte para a tomada de decisão.

Difere dos outros ramos da ciência contábil por contabilizar o orçamento e fazer o controle contábil de direitos e obrigações oriundos de ajustes contratuais.

A contabilidade pública brasileira data de 1808, quando D. João VI baixou o alvará de 28 de junho de 1808, criando o Erário Régio e o Conselho da Fazenda com o objetivo de organizar a elaboração dos orçamentos e a contabilidade da Colônia. A necessidade de se ter uma contabilidade organizada advinha das solicitações de informações pedidas pela Inglaterra como exigências contratuais para a concessão de empréstimos solicitados por D. João VI, como também ser imprescindível um maior controle na cobrança de impostos por parte da Colônia a partir da abertura dos portos. No referido alvará já constava a determinação para que a escrituração fosse por partidas dobradas.

A lei 4.320 de 17 de março de 1964, que estatui normas de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal em seu capítulo IX dispõe sobre a contabilidade. Nas disposições gerais, artigos 83 a 89, constam os conjuntos de informações que deverão ser evidenciadas pela contabilidade e a regra para se registrar os atos e fatos da administração, cabendo-lhe:

- evidenciar situação de toda e qualquer pessoa perante a Fazenda Pública responsável por seus bens e direitos, e os fatos ligados à administração orçamentária, financeira e patrimonial;
- proceder à tomada de contas dos responsáveis por bens ou dinheiros públicos, ressalvada a competência dos Tribunais de Contas;
- permitir o acompanhamento da execução orçamentária;
- proporcionar o conhecimento da composição patrimonial,
- determinar os custos dos serviços industriais,
- levantar os balanços gerais;
- possibilitar a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros;
- efetuar a escrituração pelo método das partidas dobradas;
- controlar contabilmente os direitos e obrigações oriundos de ajustes ou contratos em que a administração pública for parte;

Feijó, Pinto e Mota (2006, p. 17) afirmam que até 1986 a contabilidade era utilizada “como simples instrumento de registros formais” e que havia uma defasagem de pelo menos 45 dias entre o encerramento do mês e o levantamento das demonstrações contábeis, inviabilizando sua utilização com fins gerenciais.

A partir 1º de janeiro de 1987 entrou em operação o Sistema Integrado de Administração Financeira que tem por objetivos, entre outros:

- prover os órgãos da Administração Pública de mecanismos adequados ao controle diário da execução orçamentária, financeira e contábil.
- fornecer meios para agilizar a programação financeira, otimizando a utilização dos recursos do Tesouro Nacional, através da unificação dos recursos de caixa do Governo Federal;
- permitir que a contabilidade aplicada a Administração Pública seja fonte segura e tempestiva de informações gerenciais para todos os níveis da Administração;
- permitir o registro contábil dos balancetes dos Estados e Municípios.
- permitir o acompanhamento e a avaliação do uso dos recursos públicos;

- proporcionar a transparência dos gastos do Governo Federal.

A partir dos registros da execução orçamentária e financeira e das alterações patrimoniais (baixas de bens, registros de adiantamento de salários, recebimentos de doações) efetuados no sistema SIAFI são gerados os demonstrativos contábeis dos órgãos da Administração Pública Federal.

2.2 O que é uma unidade Setorial de Contabilidade?

Segundo a macro-função SIAFI 02.03.15, entende-se por Setorial de Contabilidade a unidade gestora responsável pelo acompanhamento contábil no SIAFI de uma ou mais unidades gestoras, a quem compete o registro da conformidade contábil. Ainda de acordo com esta macro-função temos:

2.4 - Entende-se por Setorial de Contabilidade a unidade gestora responsável pelo acompanhamento contábil no SIAFI de determinadas unidades gestoras executoras e/ou órgãos, podendo ser caracterizada nas seguintes formas:

2.4.1 - Setorial Contábil de Unidade Gestora - e a unidade responsável pelo Acompanhamento da execução contábil de um determinado número de Unidades Gestoras Executoras e pelo registro da respectiva conformidade contábil;

2.4.2 - Setorial Contábil de Órgão - e a Unidade Gestora (UG) responsável pelo acompanhamento da execução contábil de determinado órgão, compreendendo as Unidades Gestoras a este pertencentes e pelo registro da respectiva conformidade contábil; e

2.4.3 - Setorial Contábil de Órgão Superior - e a unidade de gestão interna dos ministérios e órgãos equivalentes que tenham a responsabilidade pelo acompanhamento contábil dos órgãos e entidades supervisionados e pelo registro da respectiva conformidade contábil.

A conformidade contábil a cargo das unidades setoriais de contabilidade consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo SIAFI, decorrentes da execução orçamentária, financeira e patrimonial tem por base os princípios e normas aplicáveis ao setor público a tabela de eventos, o plano de contas da união e o registro da conformidade dos atos de gestão; é de competência de contabilista devidamente habilitado, designado e credenciado no SIAFI para este fim, conforme descrito nos itens 2.1, 2.2. e 2.3 da macro-função SIAFI acima mencionada.

A Lei 10.180/2001 organizou, entre outros, o Sistema Federal de Contabilidade, cujo objetivo é registrar os atos e fatos da administração orçamentária, financeira e patrimonial da União, compreendendo as atividades de registro, tratamento e controle dessas operações com

vistas à elaboração das demonstrações contábeis de forma a evidenciar a situação do ente público e suas variações, os custos dos programas e das unidades da Administração Pública Federal, a situação, perante a fazenda pública, de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize arrecade, guarde gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda ou, ainda, que em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

De acordo com o art. 3º, parágrafo único do decreto nº 3.589 de 06.09.2000, que regulamenta a Lei 10.180/2001 “As atividades de contabilidade compreendem a formulação de diretrizes para orientação adequada, mediante estabelecimento de normas e procedimentos que assegurem consistência e padronização das informações produzidas pelas unidades gestoras.” Esses órgãos setoriais, também chamados de Setorial Contábil tem como atribuições (Decreto nº 3.589/2000, art 6º):

- I. prestar assistência, orientação e apoio técnico aos ordenadores de despesa e responsáveis por bens, direitos e obrigações da união ou pelos quais responda;
- II. verificar a conformidade de suporte documental efetuada pela unidade gestora;
- III. com base em apurações de atos e fatos inquinados de ilegais ou irregulares, efetuar os registros pertinentes e adotar as providências necessárias à responsabilização do agente, comunicando o fato à autoridade a quem o responsável esteja subordinado e ao órgão ou unidade do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal a quem estejam jurisdicionados;
- IV. analisar balanços, balancetes e demais demonstrações contábeis das unidades gestoras jurisdicionadas;
- V. realizar a conformidade dos registros no SIAFI dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos ordenadores de despesa e responsáveis por bens públicos, à vista das normas vigentes, da tabela de eventos do SIAFI e da conformidade documental da unidade gestora;
- VI. realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte dano ao erário;
- VII. efetuar nas unidades jurisdicionadas, quando necessário, registros contábeis;
- VIII. integralizar, mensalmente, no SIAFI, os balancetes e demonstrações contábeis dos órgãos e entidades federais que ainda não se encontrem em linha como o SIAFI e;
- IX. apoiar o órgão central do Sistema na gestão do SIAFI.

2.3 Controle Interno

A atividade de controle refere-se à fiscalização ou exame minucioso que obedece a determinadas expectativas, normas, convenções etc., conforme definição da palavra controle, constante no dicionário eletrônico Houaiss da língua Portuguesa multiusuário 1.0.

Neste mesmo sentido, Almeida (2007, p.63) ao definir controle interno afirma que este representa “o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa.”

Sobre a atividade estatal são exercidos dois tipos de controle, o Interno e o Externo. O primeiro é aquele exercido pelos Órgãos da Administração sobre suas próprias atividades, objetivando assegurar que a atividade estatal desenvolve-se com observância à lei e às normas que a disciplinam, bem como garantir o cumprimento de sua finalidade com a maior eficiência e contribuir na prevenção do cometimento de erros, fraudes e práticas antieconômicas, salvaguardar os ativos financeiros e físicos da instituição e assegurar a legitimidade do passivo. Di Pietro (2008, p. 692) quando trata do controle administrativo assim diz:

Controle Administrativo é o poder de fiscalização e correção que a Administração Pública (em sentido amplo) exerce sobre sua própria atuação, sob os aspectos de legalidade e mérito, por iniciativa própria ou mediante provocação.

[...] O controle sobre os órgãos da Administração Direta é um controle interno e decorre do poder de auto-tutela que permite à Administração Pública rever os próprios atos quando ilegais, inoportunos ou inconvenientes.

Podemos perceber que a atividade de controle relaciona-se ao conjunto atividades, normas, métodos, manuais de procedimentos e tudo aquilo que é utilizado por uma organização a fim de resguardar o seu patrimônio. Peter e Machado (2003, p. 24) ao definirem controle interno na Administração Pública, assim o dizem:

Constituem Controles Internos o conjunto de atividades, planos, métodos e procedimentos interligados utilizado com vistas a assegurar que os objetivos dos órgãos e entidades da Administração Pública sejam alcançados, de forma confiável e concreta, evidenciando eventuais desvios ao longo da gestão, até a consecução dos objetivos fixados pelo Poder Público.

Estes mesmos autores estabelecem como objetivos do controle interno:

- Observar as normas legais, instruções normativas, estatutos e regimentos;
- Assegurar, nas informações contábeis, financeiras, administrativas e operacionais, sua exatidão, confiabilidade, integridade e oportunidade;
- Antecipar-se, preventivamente, ao cometimento de erros, desperdícios, abusos, práticas antieconômicas e fraudes;
- Propiciar informações oportunas e confiáveis, inclusive de caráter administrativo/operacional, sobre resultados e efeitos atingidos;
- Salvaguardar os ativos financeiros e físicos quanto a sua boa e regular utilização e assegurar a legitimidade do passivo;

- Permitir a implantação de programas, projetos, atividades, sistemas e operações, visando à eficácia, eficiência e economicidade dos recursos;
- Assegurar a aderência às diretrizes, planos, normas e procedimentos do órgão/entidade.

Princípios e características do Controle Interno:

- relação custo/benefício: diz respeito à minimização da probabilidade de falhas e desvios quanto ao atingimento dos objetivos e metas;
- qualificação adequada, treinamento e rodízio de funcionários: refere-se à competência e integridade do pessoal;
- delegação de poderes e determinação de responsabilidades: Definição clara de autoridade e responsabilidade com vistas a satisfação das necessidades da instituição;
- segregação de funções: separação entre as funções de autorização ou aprovação de operações e a execução, controle e a contabilização das mesmas;
- instruções formalizadas: procedimentos e instruções devem ser formalizados por instrumentos eficazes e emitido por autoridade competente;
- controle sobre as transações: refere-se ao acompanhamento dos fatos contábeis, financeiros e operacionais;
- aderência às diretrizes e normas legais: diz respeito a existência de uma unidade dentro da entidade que garanta a observância às normas, diretrizes, regulamentos e procedimentos administrativos internos;
- subordinar-se ao diretamente ao dirigente do máximo do Órgão;

Por todo o acima exposto, pode-se inferir que a Unidade de Controle Interno de um Órgão da Administração Pública exerce a função de auditoria interna, pois de acordo com a definição prevista na Norma Brasileira de Contabilidade – Técnica (NBC T) 12, no item 12.1.1.3, assim conceitua auditoria interna:

A Auditoria Interna compreende os exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente, e de gerenciamento de riscos, com vistas a assistir à administração da entidade no cumprimento de seus objetivos.

Já o Controle Externo é exercido pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), a quem compreende as funções de fiscalização financeira ao analisar a aplicação de recursos da União. De consulta ao emitir o parecer prévio sobre as contas anuais do Presidente da República. De informação ao atender ao Congresso Nacional ou as suas casas informando sobre as fiscalizações contábil, financeira, orçamentária, e patrimonial realizadas, bem como os resultados das auditorias e inspeções efetuadas. De julgamento ao analisar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro público. De sanção ao aplicar multa aos responsáveis pelos recursos públicos que tiveram suas contas reprovadas, corretiva e de ouvidor.

A Constituição Federal ao tratar da fiscalização contábil, financeira e orçamentária, em seus artigos 70 e 74, estabelece que esta será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder.

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º - Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º - Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

Cabe, ainda, ao Controle Interno fornecer subsídios ao Controle Externo em sua atividade de fiscalização, conforme se pode depreender do inciso IV, do art. 74 da CF, acima transcrito, como também assim determina Lei 101/2000 (LRF)

Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

- I - atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;
- II - limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;
- III - medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23;
- IV - providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;
- V - destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta Lei Complementar;
- VI - cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houve.

2.4 Sobre o Poder Judiciário na Constituição Federal

O Estado Brasileiro, assim como grande parte dos Estados democráticos, adota a teoria da tripartição dos poderes, segundo a qual as funções de editar normas gerais a serem observadas por todos (função legislativa), a função de aplicar a norma ao caso concreto (função administrativa ou executiva) e, por último, a função de julgar nos casos em que houver conflitos decorrentes da aplicação das normas nos casos concretos (função jurisdicional) são exercidas por órgãos distintos, autônomos e independentes entre si.

Como o estudo se refere aos órgãos do Poder Judiciário e, a fim de tornar as coisas mais claras, julgou-se por bem fornecer um breve conhecimento sobre como este Poder está estruturado e suas principais características.

A Constituição Federal a partir do artigo 92 trata do Poder Judiciário estabelecendo quais são os órgãos que o compõe, distribui as competências de cada um, assegura a

autonomia financeira e administrativa do Poder e estabelece a existência do Conselho Nacional de Justiça a quem compete o controle administrativo e financeiro do Poder Judiciário.

Art. 92. São órgãos do Poder Judiciário:

I - o Supremo Tribunal Federal;

I-A o Conselho Nacional de Justiça;

II - o Superior Tribunal de Justiça;

III - os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais;

IV - os Tribunais e Juízes do Trabalho;

V - os Tribunais e Juízes Eleitorais;

VI - os Tribunais e Juízes Militares;

VII - os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

§ 1º O Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais Superiores têm sede na Capital Federal.

§ 2º O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores têm jurisdição em todo o território nacional.

Art. 96. Compete privativamente:

I - aos tribunais:

a) eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;

b) organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva;

c) prover, na forma prevista nesta Constituição, os cargos de juiz de carreira da respectiva jurisdição;

d) propor a criação de novas varas judiciárias;

e) prover, por concurso público de provas, ou de provas e títulos, obedecido ao disposto no art. 169, parágrafo único, os cargos necessários à administração da Justiça, exceto os de confiança assim definidos em lei;

f) conceder licença, férias e outros afastamentos a seus membros e aos juízes e servidores que lhes forem imediatamente vinculados;

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

a) a alteração do número de membros dos tribunais inferiores;

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;

c) a criação ou extinção dos tribunais inferiores;

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

Art. 99. Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.

§ 1º - Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 2º - O encaminhamento da proposta, ouvidos os outros tribunais interessados, compete:

I - no âmbito da União, aos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, com a aprovação dos respectivos tribunais;

II - no âmbito dos Estados e no do Distrito Federal e Territórios, aos Presidentes dos Tribunais de Justiça, com a aprovação dos respectivos tribunais.

§ 3º Se os órgãos referidos no § 2º não encaminharem as respectivas propostas orçamentárias dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na forma do § 1º deste artigo.

§ 4º Se as propostas orçamentárias de que trata este artigo forem encaminhadas em desacordo com os limites estipulados na forma do § 1º, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.

§ 5º Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.

Art. 100. à exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

§ 1º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

§ 1º-A Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado.

§ 2º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor, e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito.

§ 3º O disposto no *caput* deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

§ 4º São vedados a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, a fim de que seu pagamento não se faça, em parte, na forma estabelecida no § 3º deste artigo e, em parte, mediante expedição de precatório.

§ 5º A lei poderá fixar valores distintos para o fim previsto no § 3º deste artigo, segundo as diferentes capacidades das entidades de direito público.

§ 6º O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatório incorrerá em crime de responsabilidade.

Art. 103-B

§ 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

I - zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

II - zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União;

III - receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso e determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

IV - representar ao Ministério Público, no caso de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade;

V - rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano;

VI - elaborar semestralmente relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário;

VII - elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias, sobre a situação do Poder Judiciário no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar mensagem do Presidente do Supremo Tribunal Federal a ser remetida ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa.

§ 5º O Ministro do Superior Tribunal de Justiça exercerá a função de Ministro-Corregedor e ficará excluído da distribuição de processos no Tribunal, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, as seguintes:

I receber as reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos magistrados e aos serviços judiciários;

II exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e de correição geral;

III requisitar e designar magistrados, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de juízos ou tribunais, inclusive nos Estados, Distrito Federal e Territórios.

§ 6º Junto ao Conselho oficialarão o Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 7º A União, inclusive no Distrito Federal e nos Territórios, criará ouvidorias de justiça, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, ou contra seus serviços auxiliares, representando diretamente ao Conselho Nacional de Justiça.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Pretende-se elaborar questionamentos que possam identificar alguns problemas que as Unidades responsáveis por desempenhar o papel de Setorial Contábil possam enfrentar em razão da estrutura na qual estão inseridas. Também deverá ser analisada a possibilidade de haver uma padronização das atividades da Setorial Contábil que se adapte a todos os órgãos do Poder Judiciário, atendendo suas peculiaridades.

3.1 Método de Trabalho

Adotou-se a pesquisa baseada em legislação sobre o Sistema Federal de Contabilidade, confronto entre as atribuições da Setorial Contábil dos órgãos com estas normas e verificar as distorções. Para tanto a pesquisa limita-se aos Tribunais Superiores (Tribunal Superior Eleitoral, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal e ao Tribunal Superior do Trabalho), ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) e ao Conselho da Justiça Federal (CJF), pois estes pertencem à mesma esfera de governo – Governo Federal e, portanto, devem obedecer aos mesmos normativos.

O CJF foi incluído por ser o Órgão centralizador da Justiça Federal (Tribunais Regionais Federais, Justiça Federal de 1ª instância) ao qual cabe a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

3.2 Protocolo do estudo de caso

Ao definir uma idéia para desenvolver o presente trabalho era necessário averiguar a possibilidade de se conseguir a informação necessária junto aos Órgãos estudados e para tanto, foi feita contato com as unidades Setoriais de Contabilidade de cada órgão, explicando do que se tratava o estudo e questionando-se a possibilidade de serem repassadas as informações, como também foi feita pesquisa nas páginas eletrônicas dos Tribunais com

vistas a obter informações sobre a sua estrutura organizacional, disponibilidade de acesso aos atos normativos que regulamentam as atividades das suas Secretarias, assim denominado o conjunto de unidades administrativas que dão suporte à atividade fim.

Posteriormente, foi encaminhado correio eletrônico solicitando as informações sobre as atribuições desempenhadas pelas unidades e a que unidade orgânica da estrutura organizacional pertence de acordo com o que havia sido conversado anteriormente, priorizando os Órgãos que sofreram reestruturação administrativa e seus manuais encontram-se desatualizados, nesse caso as informações aqui obtidas se referem a propostas de regulamentação das atividades desenvolvidas nas setoriais, podendo sofrer alteração até sua publicação.

Deve-se esclarecer que inicialmente pretendia-se fazer o estudo incluindo todos os tribunais superiores, contudo não foi possível, pois o Superior Tribunal Militar não disponibiliza em sua página eletrônica os atos que regulamentam sua atividade administrativa, como também não respondeu à mensagem eletrônica encaminhada solicitando informações.

Para ilustrar e facilitar o entendimento da estrutura dos órgãos que compõe o poder judiciário, procurou-se incluir os respectivos organogramas, contudo não foi possível trazer para o trabalho todos os organogramas, pois nem todos os órgãos os têm disponíveis em suas páginas eletrônicas e também por estarem algumas instituições sofrendo reestruturação administrativa.

A partir de uma primeira leitura das atribuições e da localização das setoriais na estrutura orgânica dos órgãos em estudo, buscou-se informações em legislação, normativos, artigos, livros e revistas sobre o que é a unidade setorial de contabilidade, o que é o controle interno.

Com o conhecimento aprofundado do assunto passou-se a análise das situações encontradas, confrontando-as com a legislação que rege a matéria, e os princípios encontrados na doutrina para enfim propor uma estrutura de setorial contábil unificada para o Poder Judiciário.

4 RESULTADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO.

Aqui serão apresentados os resultados obtidos na pesquisa compreendendo os regulamentos de funcionamento das Secretarias dos Tribunais onde estão descritas as competências de cada Unidade Orgânica dos órgãos. Antes, porém, cabe esclarecer que, em alguns casos, os regulamentos apresentados são versões preliminares, minutas ou propostas que ainda podem ser modificadas antes de sua implementação pelos Órgãos.

Supremo Tribunal Federal

Tem por função precípua realizar o controle concentrado de constitucionalidade, além de julgar os casos em que os direitos fundamentais das altas autoridades da República estiverem sob ameaça;

De acordo com a Instrução Normativa 7 de 1 de março de 2003 que institui o manual de organização do STF (disponível na internet) e suas alterações a setorial contábil do Órgão é uma unidade da Coordenadoria de Orçamento e Finanças da Secretaria de Administração a quem compete:

- acompanhar as atividades referentes à habilitação de senhas no SIAFI e na rede Serpro;
- analisar a evolução da conta de Restos a Pagar no exercício e proceder aos ajustes necessários;
- analisar as demonstrações das variações patrimoniais, composição das disponibilidades, balanços do sistema orçamentário, financeiro, patrimonial e emitir pareceres quando solicitados;
- analisar e ajustar as despesas sujeitas à inscrição na conta de restos a pagar;
- baixar a responsabilidade do suprido, por meio de lançamento contábil no SIAFI, após a aprovação das contas pelo Ordenador de Despesas;
- conciliar as disponibilidades por fontes de recursos;
- consolidar e encaminhar à unidade responsável pela elaboração do Relatório Anual de Gestão do Ordenador de Despesas as informações pertinentes à área orçamentária e financeira;
- criar e atualizar a tabela de códigos para depósito na Conta Única do Tesouro Nacional;
- efetivar a execução financeira dos contratos;

- efetuar os registros pertinentes e adotar as providências necessárias à responsabilização do agente, com base em apurações de atos e fatos inquinados de ilegais ou irregulares, comunicando o fato à autoridade máxima do órgão de lotação do agente;
- elaborar e providenciar a publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal e Prestação de Contas previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal;
- elaborar relatórios periódicos em nível analítico e gerencial das atividades de execução financeira, de forma a subsidiar a produção de documentos sobre os resultados alcançados;
- executar a apropriação físico-financeira da folha de pagamento de pessoal; executar os atos pertinentes à formalização de ressarcimento ao erário;
- manter a guarda dos processos referentes à aquisição de bens e serviços;
- opinar sobre a concessão de suprimento de fundos, controlar e analisar a respectiva prestação de contas;
- preparar e encaminhar à Secretaria de Controle Interno os documentos relativos à execução orçamentária e financeira, quando solicitados;
- prestar assistência, orientação e apóio técnico aos Ordenadores de Despesa e responsáveis por bens, direitos e obrigações da União ou pelos quais responda, no âmbito do Supremo Tribunal Federal;
- proceder à conformidade contábil dos registros dos atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, bem como acompanhar o registro da conformidade documental da Unidade Gestora do Supremo Tribunal Federal;
- processar a conciliação bancária e controlar os saldos das contas-correntes, contas contábeis e limites de saques financeiros, promovendo acertos ou devoluções ao Tesouro Nacional;
- produzir os documentos de gestão orçamentária e financeira que compõem o relatório de Tomada de Contas Anual e de Prestação de Contas dos Ordenadores de Despesa;
- providenciar a publicação, nos meios oficiais de divulgação, dos relatórios pertinentes à área orçamentária e financeira;
- providenciar o atendimento de diligências promovidas pelos controles interno e externo nos prazos solicitados;
- receber e conferir os processos relativos à execução orçamentária e financeira,

analisando os reflexos contábeis referentes aos lançamentos dos documentos no SIAFI;

- receber e conferir os Relatórios Mensais do Almoxarifado - RMA e Relatório Mensal de Bens Móveis – RMB e efetuar os ajustes necessários;
- registrar e acompanhar os depósitos em caução no SIAFI.
- desenvolver outras atividades típicas

Conselho da Justiça Federal

Ao Conselho da Justiça Federal compete a supervisão administrativa e orçamentária da justiça federal de primeiro e segundo graus:

De acordo com o que consta no Manual de Atribuições do Conselho da Justiça Federal, instituído pela Portaria da Presidência 019 de 02 de abril de 2002, a setorial contábil é representada pela Seção de orientação e Avaliação Contábil cujas atribuições são:

- I. Prestar assistência, orientação e apoio técnico aos órgãos setoriais e seccionais do Sistema de Controle Interno da Justiça Federal na aplicação de normas e na utilização de técnicas contábeis;
- II. Analisar balanços, balancetes e demais demonstrações contábeis das unidades gestoras jurisdicionadas;
- III. Supervisionar as atividades contábeis dos órgãos usuários do SIAFI, no âmbito da justiça Federal, com vistas a garantir a consistência das informações;
- IV. Realizar tomada de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte dano ao erário;
- V. Proceder à conformidade contábil da Unidade Gestora do Conselho da Justiça Federal e conformidade contábil do órgão 12000 - Justiça Federal;
- VI. Elaborar informações gerenciais contábeis com vistas a subsidiar o processo de tomada de decisão;
- VII. Efetuar registros contábeis nas unidades jurisdicionadas, quando necessário;
- VIII. Acompanhar e supervisionar o registro dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho da Justiça Federal e dos órgãos setoriais e seccionais do Sistema de Controle Interno da Justiça Federal

Superior Tribunal de Justiça

Criado pela Constituição Federal de 1988 compete-lhe julgar os casos em que direitos fundamentais das altas autoridades da República estiverem sob ameaça e não sejam de competência do STF; resolver os conflitos de competência entre os diversos tribunais, os conflitos de atribuição entre os Ministérios Públicos dos Estados, é responsável pela uniformização da interpretação da lei federal em todo o Brasil. Para as causas infraconstitucionais é a última instância, estando excluídas de sua competência as matérias sujeitas à apreciação da justiça eleitoral, trabalhista e militar .

No STJ as atribuições da setorial contábil são desenvolvidas pela Seção de Contabilidade Analítica subordinada à Coordenadoria de Auditoria da Secretaria de Controle Interno e tem por atribuição:

- I. Elaborar o plano de atividades da seção, com base em avaliação de riscos, a fim de subsidiar o Plano Anual de Atividades de Auditoria (PAAA);
- II. Analisar, por amostragem, os reflexos contábeis referentes aos lançamentos dos documentos no Sistema SIAFI, solicitando, quando for o caso, os ajustes cabíveis às unidades competentes;
- III. Verificar, através de consultas sistema SIAFI, a existência de contas que apresentem inconsistências contábeis;
- IV. Analisar as demonstrações das variações patrimoniais, composição das disponibilidades, balanços dos sistemas orçamentários, financeiro e patrimonial do STJ, bem como emitir pareceres quando solicitado;
- V. Prestar esclarecimentos às unidades, em caso de dúvidas, quanto à classificação de despesas de acordo com a sua natureza, e com nas determinações legais vigentes;
- VI. Realizar verificações nos demonstrativos contábeis mensais (balancete e balanços) e nas conciliações de saldos contábeis, afim de que seja demonstrada, no balanço, a real situação patrimonial do Tribunal;
- VII. Verificar, periodicamente, os registros contábeis da movimentação de bens imóveis efetuados no Sistema SpiuNet pela Gerência de Patrimônio da União/MP; bem como os registros referentes às atualizações/regularizações dos imóveis do STJ no SpiuNet;
- VIII. Acompanhar o cumprimento das decisões exaradas nos processos administrativos/sindicâncias envolvendo prejuízos ao erário, com vistas à verificação do adequado registro contábil da responsabilidade imputada, quando houver, bem

como o resultado do julgamento, pelo TCU, de tomadas de contas especiais, eventualmente instauradas;

- IX. Manter arquivados os processos administrativos com os devidos documentos de suporte aos registros contábeis efetuados, disponibilizando-os aos agentes incumbidos dos controles interno e externo sempre que solicitados, bem como controlar a remessa periódica de processos ao arquivo geral do Tribunal;
- X. Proceder à conformidade contábil, informando ao ordenador de despesas as eventuais restrições verificadas;
- XI. Desenvolver a função de cadastrador de operadores do SIAFI;
- XII. Desempenhar as atividades de orientação à UG executora do STJ, na condição de Órgão Setorial de Contabilidade;
- XIII. Acompanhar, através de demonstrativos contábeis, o processo de encerramento do exercício financeiro e a abertura do exercício seguinte, conforme parâmetros definidos pela CCONT/STN, solicitando às unidades executoras os devidos ajustes e, quando necessário, efetuar os registros contábeis pertinentes
- XIV. Catalogar e manter atualizada a legislação relativa aos procedimentos contábeis, bem como, quando necessário, solicitar orientações da STN acerca de sua aplicação;
- XV. Efetuar, mensalmente, o acompanhamento, no SIAFI, do Rol de Responsáveis e, se necessário, solicitar eventuais atualizações às unidades competente;
- XVI. Analisar os processos de precatórios, com base no artigo 100 da CF, na-Resolução/STJ nº2 de 21/2/2003 e nos normativos contábeis próprios.
- XVII. Desenvolver outras atividades típicas da Seção.

Faz-se necessário esclarecer que estas atribuições encontram-se na minuta de regulamento da Secretaria de Controle Interno a ser aprovada e, portanto, estando sujeita a modificações em seu texto.

Tribunal Superior do Trabalho

Como órgão da Justiça do Trabalho compete-lhe o julgamento de ações sobre a matéria trabalhista como representação sindical, atos decorrentes da greve, indenização por dano moral ou patrimonial resultantes da relação de trabalho e os processos relativos às penalidades

administrativas impostas aos empregadores por fiscais do trabalho, alguns processos originários no próprio TST e outros em nível recursal.

Como Órgão maior da Justiça do Trabalho compete-lhe atuar como setorial contábil do Órgão TST e dos demais órgãos que compõe a Justiça do Trabalho, portanto suas atribuições são subdivididas em duas unidades distintas que são a Seção de Contabilidade Analítica que desempenha a atividade de setorial do TST e a Seção de Orientação Contábil que desempenha a atividade de setorial da Justiça do Trabalho, ambas subordinadas à Divisão de Contabilidade da Secretaria de Orçamento e Finanças do Tribunal. As informações aqui apresentadas referem-se a uma proposta de regulamento das atividades das unidades, tendo em vista a reformulação administrativa do Tribunal em 2007, podendo, assim, haver diferenças entre o texto proposto e o final a ser aprovado.

São atribuições da Seção de Contabilidade Analítica:

- I - Analisar os registros contábeis relativos à execução orçamentária, financeira e patrimonial, efetuados pelas unidades administrativas do Tribunal Superior do Trabalho, confrontá-los com a documentação comprobatória e as normas correlatas, e promover os ajustes necessários;
- II - Atualizar e aprimorar o Manual de Classificação da Despesa do Tribunal Superior do Trabalho;
- III - Conciliar os relatórios emitidos pela área de patrimônio, referentes a bens móveis, imóveis e de consumo, com as informações contábeis, e efetuar os registros e ajustes correspondentes;
- IV - Efetuar o registro das Conformidades Diária e de Operadores, da Unidade Gestora 080001 - Tribunal Superior do Trabalho;
- V - Manter em ordem o arquivo temporário dos processos de despesa, providenciando sua remessa ao arquivo geral após o julgamento das contas pelo Tribunal de Contas da União;
- VI - Cadastrar, habilitar e determinar os perfis dos operadores/cadastradores, no âmbito da Justiça do Trabalho, nos sistemas SENHA-REDE, SIAFI, SIAFI-GERENCIAL, SIASG, e em outros Sistemas da Administração Federal, bem como efetuar o controle dos respectivos registros;
- VII - Efetuar atualização de valores, em processos judiciais, para efeito de cálculo de custas e de multas;
- VIII - Realizar quaisquer outras atividades próprias da Seção, a critério do Chefe da Divisão

São atribuições da Seção de Orientação Contábil:

- I - Prestar assistência, orientação e apoio técnico, às unidades responsáveis pela gestão orçamentária, financeira e patrimonial, a fim de garantir a fidedignidade das informações contábeis;
- II - Analisar balanços, balancetes e demais demonstrações contábeis, para verificar a exatidão das informações e promover o acerto de irregularidades e inconsistências existentes;
- III - Acompanhar e supervisionar as atividades contábeis, de forma a promover a padronização dos registros, a uniformização e a racionalização dos procedimentos contábeis, no âmbito da Justiça do Trabalho;
- IV - Efetuar o registro da Conformidade Contábil do Tribunal Superior do Trabalho e do órgão Justiça do Trabalho;
- V – Extrair relatórios ou elaborar consultas nos Sistemas Federais disponíveis, com a finalidade de prestar informações gerenciais relacionadas à gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- VI - Atuar como intermediário entre as unidades contábeis dos Tribunais Regionais do Trabalho e o Órgão Central de Contabilidade, quando necessário;
- VII - Efetuar e acompanhar registros contábeis nas unidades gestoras da Justiça do Trabalho, quando necessário;
- VIII - Acompanhar e supervisionar, no âmbito da Justiça do Trabalho, as atividades contábeis com vistas a garantir a consistência das informações;
- IX - Realizar quaisquer outras atividades próprias da Seção, a critério do Chefe da Divisão.

Tribunal Superior Eleitoral

A Justiça Eleitoral compreende o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os Tribunais Regionais Eleitorais (TER's), sendo o TSE o órgão máximo da Justiça Eleitoral.

O TSE tem por missão: “Assegurar os meios efetivos que garantam à sociedade a plena manifestação de sua vontade, pelo exercício do direito de votar e ser votado”.

As atribuições de setorial contábil do TSE são desempenhadas pela Seção de Contabilidade Analítica que integra a Coordenadoria de Finanças e Contabilidade da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade daquele Tribunal. Deve-se ressaltar que as competências aqui apresentadas constituem uma proposta de regulamento das atividades da unidade, tendo em vista que o TSE passou por uma reformulação administrativa

no ano de 2006 e o regulamento interno da Secretaria do Tribunal encontra-se em adaptação. Portanto, poderá haver alteração entre a proposta aqui trabalhada e o futuro texto do regulamento.

Seção de Contabilidade Analítica

Art. 105. À Seção de Contabilidade Analítica (Seconta) compete:

- I – supervisionar e analisar os registros relativos à gestão contábil da Justiça Eleitoral;
- II – analisar o balancete, contas irregulares e saldos invertidos e inconsistentes, efetuando ajustes, com vistas à consistência das demonstrações contábeis;
- III – realizar a conformidade contábil das Unidades Gestoras do Tribunal Superior Eleitoral, do Fundo Especial de Assistência aos Partidos Políticos e da Justiça Eleitoral, validando os registros contábeis dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- IV – acompanhar e controlar os prazos de fechamento contábil das Unidades Gestoras da Justiça Eleitoral;
- V – acompanhar e analisar contabilmente os relatórios de movimentação dos bens móveis, de almoxarifado e inventários do Tribunal Superior Eleitoral;
- VI – analisar contabilmente procedimentos administrativos referentes às execuções orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal Superior Eleitoral;
- VII – cadastrar usuários da Justiça Eleitoral nos sistemas federais de contabilidade e finanças.

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, órgão da justiça de primeira instância equivale aos tribunais de justiça estaduais e tem por missão: “Proporcionar à sociedade do Distrito Federal e dos Territórios o acesso à Justiça e a resolução dos conflitos, por meio de um atendimento de qualidade, promovendo a paz social.

A Subsecretaria de Contabilidade – SUCON é a unidade administrativa do TJDFDT que desempenha as atividades de setorial contábil, muito embora acumule outras atribuições de execução como se pode verificar na Resolução N. 03 DE 22 de Abril de 2008 que Dispõe sobre a estrutura organizacional da Secretaria do TJDFDT. Entendeu-se que o acúmulo com outras atribuições de execução decorre do fato de a Subsecretaria de Contabilidade ser a unidade responsável pelo registro da conformidade contábil e ter subordinada a si unidades

que executam a apropriação de despesas e retenções de tributos, conciliação de relatórios (RMA e RMB) e portanto ser co-responsável pela execução dessas atribuições.

Art. 50. À Subsecretaria de Contabilidade – SUCON compete:

- I. Coordenar, orientar e controlar atividades contábeis;
- II. Implementar sistemática de execução contábil;
- III. Fiscalizar e validar registros contábeis;
- IV. Registrar conformidade contábil no sistema de administração financeira;
- V. Propor inscrição de empenhos em Restos a Pagar;
- VI. Coordenar e orientar procedimentos de encerramento do exercício;
- VII. Analisar a prestação de contas da aplicação de recursos recebidos pelo TJDF, por meio de convênios;
- VIII. Consolidar e validar demonstrações contábeis, anexar as respectivas Notas Explicativas, com vistas ao preparo da Tomada de Contas Anual dos Ordenadores de Despesas do TJDF;
- IX. Prestar informações concernentes à execução orçamentária, financeira e contábil para fins gerenciais e elaboração de relatórios previstos em lei específica;
- X. Acompanhar o Rol de Responsáveis;
- XI. Identificar e controlar atos e fatos da Administração, passíveis de restrição contábil;
- XII. Propor auditorias;
- XIII. Manter sob guarda temporária processos administrativos de despesas e documentos;
- XIV. Remeter processos administrativos concluídos à unidade administrativa de controle interno, bem como aqueles em que haja restrição contábil;
- XV. Fornecer informações para elaboração da proposta orçamentária do TJDF;
- XVI. Zelar pelo sigilo e segurança das informações;
- XVII. Elaborar relatório de atividades;
- XVIII. Aprovar escala de férias;
- XIX. Zelar pelo cumprimento da legislação e normas regulamentadoras;
- XX. Desempenhar quaisquer outras atividades inerentes à Subsecretaria.

§ 1º Ao Serviço de Análise e Registro Contábil da Despesa – SERDAD compete:

- I. Analisar e contabilizar execução de despesas da folha de pagamento e demais procedimentos administrativos de pessoal;
- II. Proceder ao registro contábil de valores devidos por magistrados ou servidores, bem como registrar os recebimentos;
- III. Proceder ao registro contábil de valores a receber referentes à cessão ou requisição de servidores pelo TJDFT;
- IV. Controlar valores referentes à antecipação e devolução de férias e gratificação natalina;
- V. Controlar ressarcimento de valores;
- VI. Elaborar Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP, de pessoal sem vínculo, integrante da folha de pagamento;
- VII. Contabilizar despesas referentes à concessão de diárias, bem como contabilizar e controlar concessão de Suprimento de Fundos;
- VIII. Manter atualizado registro de dados cadastrais e valor de imóveis no Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet;
- IX. Contabilizar e controlar valores referentes a taxas e garantias oferecidas por terceiros, bem como ingresso de recursos na Conta Única - Depósitos Diretos;
- X. Contabilizar e conciliar movimentação de bens móveis, de acordo com relatórios e registros de Inventários Anuais de Bens Móveis e Imóveis;
- XI. Acompanhar conformidade diária e mensal das unidades gestoras;
- XII. Manter atualizado Rol dos Agentes Responsáveis;
- XIII. Fornecer informações para instrução do processo de Tomada de Contas;
- XIV. Manter sigilo e segurança das informações;
- XV. Cumprir legislação e normas regulamentadoras;
- XVI. Desempenhar quaisquer outras atividades inerentes ao Serviço.

§ 2º Ao Serviço de Análise de Outras Despesas Correntes e de Capital – SERDAC compete:

- I. Analisar e contabilizar execução de despesas de custeio e de capital;
- II. Contabilizar retenções dos tributos e contribuições incidentes na prestação de serviços e fornecimento de bens permanentes;

- III. Acompanhar execução e efetuar controle contábil de despesas com contratos de serviços e convênios firmados com terceiros;
- IV. Analisar e depurar saldos de empenhos de prestação de serviços e material permanente para fins de inscrição em Restos a Pagar;
- V. Calcular reajustes, acréscimos e reequilíbrio econômico-financeiros de contratos de serviços e aquisição de material permanente;
- VI. Propor arquivamento de processos administrativos de despesas de serviços e de capital concluídos;
- VII. Controlar despesas vinculadas a contrato e registrar garantias contratuais;
- VIII. Identificar e controlar atos da administração, passíveis de restrição contábil;
- IX. Acompanhar legislação pertinente à execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil;
- X. Manter sigilo e segurança das informações;
- XI. Cumprir legislação e normas regulamentadoras;
- XII. Desempenhar quaisquer outras atividades inerentes ao Serviço.

§ 3º Ao Serviço de Registro, Análise e Controle Contábil – SERCON compete:

- I. Apropriar e controlar processos administrativos de contratos com a rede credenciada ao Pró-Saúde;
- II. Apropriar e controlar reembolsos de despesas médico-hospitalares;
- III. Analisar e contabilizar execução de despesas de custeio e de capital;
- IV. Contabilizar retenções de tributos e contribuições incidentes sobre despesas de custeio, contratos da rede credenciada ao Pró-Saúde e de aquisição de material e de serviços de obras e instalações;
- V. Controlar movimentação de saldos de empenhos destinados à despesa com a rede credenciada ao Pró-Saúde, bem como de reembolsos;
- VI. Controlar repasses oriundos dos recursos próprios do Pró-saúde;
- VII. Elaborar cálculo de acréscimos, supressões, reajustes e reequilíbrios econômico-financeiros e emitir parecer nos processos administrativos;
- VIII. Propor inscrição de saldo de empenho em Restos a Pagar;
- IX. Manter arquivo e divulgar mensagens emitidas por sistema de administração de recursos da União, bem como legislação pertinente à execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil;

- X. Identificar e controlar atos da administração passíveis de restrição contábil;
- XI. Manter sigilo e segurança das informações;
- XII. Cumprir legislação e normas regulamentadoras;
- XIII. Desempenhar quaisquer outras atividades inerentes ao Serviço.

§ 4º Ao Serviço de Arquivo Corrente Contábil – SERARC compete:

- I. Receber, registrar e distribuir processos administrativos de despesas;
- II. Higienizar, classificar, cadastrar, acondicionar, organizar e guardar processos administrativos de pagamento de despesas e documentos;
- III. Manter processos administrativos de despesas sob guarda provisória, de acordo com legislação em vigor e tabela de temporalidade adotada;
- IV. Controlar movimentação de processos administrativos, precatórios e documentos em andamento e dos arquivados;
- V. Selecionar e preparar processos administrativos de despesas e documentos integrantes de Tomadas de Contas aprovadas pelo Tribunal de Contas da União - TCU e remeter para arquivo permanente;
- VI. Elaborar relatórios;
- VII. Manter sigilo e segurança das informações;
- VIII. Cumprir legislação e normas regulamentadoras;
- IX. Desempenhar quaisquer outras atividades inerentes ao Serviço.

4.1 Análise dos Achados

A partir dos achados foram elaborados quatro quadros, abaixo apresentados, com a finalidade de facilitar a comparação das atribuições das setoriais contábeis nos Órgãos consultados com o que dispõe os normativos, bem como localizá-las na estrutura administrativa do Órgão a que pertencem e, então, proceder a análise objeto do trabalho.

No primeiro quadro estão indicadas as unidades orgânicas das estruturas administrativas dos vários Tribunais onde se pode encontrar a setorial contábil. Em razão das diferentes atribuições exercidas pelas setoriais contábeis dos tribunais e as diferentes nomenclaturas de coordenadorias, seções etc. que compõe as estruturas administrativas, e com o propósito de facilitar tanto o trabalho quanto o entendimento, as unidades foram classificadas como controle interno, área administrativa exercendo atribuições de execução

orçamentária e financeira e área administrativa não exercendo atribuições de execução orçamentária e financeira. Aqui serão comentados os resultados encontrados.

No segundo quadro são apresentadas as atividades constantes do Decreto 3589/2000 e contempladas nos regulamentos dos Órgãos, seguida de uma análise sobre a contemplação ou não destas atribuições nos regulamentos das unidades.

No terceiro quadro estão outras atividades não previstas na legislação, mas que se relacionam com as atribuições da setorial contábil e que constam dos regulamentos das unidades, estas atribuições não serão analisadas, pois a maioria diz respeito a alguma rotina das atividades da setorial contábil e que por decisão das unidades constam nos seus manuais.

No quarto quadro estão as atividades típicas de execução orçamentária e financeira, ou não relacionadas com as atribuições de setorial contábil, mas constantes dos regulamentos. Aqui também não se fará uma análise destas atribuições, pois conforme já exposto uma mesma unidade exercer a função de orientador e executor contraria o princípio da segregação de funções, importante para evitar-se o cometimento de erros e fraudes dentro da instituição.

Unidade a que pertence a Setorial Contábil	STF	CJF	STJ	TST	TSE	TJDFT
Controle Interno		X	X			
Área Administrativa exercendo atribuições de execução orçamentária e financeira	X			X	X	X
Área Administrativa não exercendo atribuições de execução orçamentária e financeira					X	

Quadro 1: unidade a que pertence a setorial contábil

Algumas setoriais contábeis estão vinculadas à unidade de controle interno, cuja finalidade principal é evitar a ocorrência de erros, fraudes e garantir a aderência aos normativos, ou seja, sua função é avaliar se as unidades orgânicas do órgão observam as normas existentes para evitar erros ou irregularidades durante os processos se estas medidas são suficientes, ou ainda, se existe a possibilidade de ocorrerem erros ou irregularidades de forma a indicar para a administração superior tais possibilidades de forma a adotar medidas para evitar a ocorrência de desses erros e irregularidades. Dessa maneira a função de orientador e apoio técnico aos ordenadores de despesa pode restar prejudicada uma vez que um dos princípios básicos de um bom sistema de controle interno é a segregação de funções. Tal princípio tem por objetivo, conforme Silva (2005), “estabelecer um controle mútuo, recíproco, ou de oposição de interesse entre os diversos órgãos administrativos”.

Percebe-se, por tudo o que já foi mencionado anteriormente, que a principal função da

unidade de controle interno é fiscalizar e a da setorial contábil é orientar. Existe um distanciamento entre estas funções, pois fiscalizar é um ato pelo qual se examina com acuidade algo que já ocorreu, verificando se as normas estabelecidas previamente foram observadas. Já a função de orientar antecede o feito, uma vez que a orientação, geralmente, relaciona-se ao esclarecimento de dúvidas, no auxílio para tomada de decisões.

Há, também, como fator comprometedor do exercício das atribuições da Setorial Contábil, o fato de as unidades de Controle Interno serem uma unidade de assessoramento do Presidente do Órgão, com a função de auxiliar o dirigente do órgão na supervisão da gestão. Este posicionamento na estrutura pode ser observado no organograma da maioria dos Tribunais (páginas 54 a 58), não devendo assim, a unidade de Controle Interno envolver-se com a administração, pois desta forma está afastando a necessária isenção para o exercício de suas atribuições.

Todos os argumentos acima apresentados se aplicam, também, às setoriais que se encontram na área administrativa e desenvolvem atribuições típicas de execução, pois também, contrariam o princípio da segregação de funções, muito importante no sistema de controle de prevenção ao cometimento de erros e fraudes que podem afetar negativamente o patrimônio do Órgão.

Atribuições	STF	CJF	STJ	TST	TSE	TJDFT
1. prestar assistência, orientação e apoio técnico aos ordenadores de despesa e responsáveis por bens, direitos e obrigações da união ou pelos quais responda;	γ	γ	γ	γ	X	X
2. verificar a conformidade de suporte documental efetuada pela unidade gestora;	γ	X	γ	X	γ	γ
3. realizar a conformidade dos registros no SIAFI dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos ordenadores de despesa e responsáveis por bens públicos, à vista das normas vigentes, da tabela de eventos do SIAFI e da conformidade documental da unidade gestora;	X	X	X	X	X	X
4. analisar balanços, balancetes e demais demonstrações contábeis das unidades gestoras jurisdicionadas;	X	X	X	X	X	X
5. realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte dano ao erário;	X	X	*	*	*	*
6. efetuar nas unidades jurisdicionadas, quando necessário, registros contábeis		X		X	X	
7. integralizar, mensalmente, no SIAFI, os balancetes e demonstrações contábeis dos órgãos e entidades federais que ainda não se encontrem em linha como o SIAFI e;						
8. apoiar o órgão central do Sistema na gestão do SIAFI.	γ	γ	γ	γ	γ	γ
9. com base em apurações de atos e fatos inquinados de ilegais ou irregulares, efetuar os registros pertinentes e adotar as providências necessárias à responsabilização do agente, comunicando o fato à autoridade a quem o responsável esteja subordinado e ao órgão ou unidade do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal a quem estejam jurisdicionado						

Quadro 2: atribuições da setorial contábil, conforme decreto 3.589/2000

Legenda:

X: atividade contemplada nos normativos dos Órgãos;

γ: atividade não prevista nos normativos, mas contemplada na execução das atividades;

∗: atividade não prevista, mas contemplada parcialmente na execução das atividades.

Com relação às atribuições previstas no Decreto 3589/2000 e as desempenhadas pelas Setoriais, é possível afirmar:

Item 1 - apesar de não estar explícito nos regulamentos do TSE e do TJDFT essa atribuição acaba por ser desempenhada quando realizam a supervisão e análise dos registros relativos à gestão contábil da Justiça Eleitoral no TSE, e coordenam, orientam e controlam atividades contábeis no âmbito do TJDFT;

Item 2 - apenas o CJF e o TST possuem esta atribuição de forma explícita nos respectivos regulamentos. Deve-se registrar que a partir do exercício de 2008 a conformidade documental foi substituída pela conformidade dos registros de gestão que dentre as

finalidades relacionadas, no item 2.2.2 da macro-função 02.03.14 do manual SIAFI, tem-se verificar a existência de documentação suporte das operações registradas.

É possível presumir que todas as setoriais contábeis acabam por exercer esta atribuição, pois conforme consta na macro-função 02.03.15 - SIAFI que trata do registro da conformidade contábil, o item 2.5.2 ao tratar das situações que ensejarão o registro da conformidade contábil com restrição, estabelece que a ausência do registro desta Conformidade é motivo de restrição, ou seja, o registro da conformidade contábil requer a verificação no sistema do registro da conformidade dos registros de gestão, que por sua vez exige a conferência da existência dos documentos que suportam os registros contábeis .

Item 3 - Esta atribuição refere-se ao registro da conformidade contábil, prevista nos regulamentos de todos os órgãos.

Item 4 - está contemplado por todos os regulamentos não sendo necessário tecer maiores comentários.

Item 5 - esta atribuição está contemplada apenas pelo STF e o CJF, contudo os demonstrativos contábeis compõem o processo de tomada de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos, contemplando parcialmente este item.

Item 6 - não há muito a ser dito uma vez que os órgãos que possuem unidades a eles jurisdicionadas contemplaram a atribuição nos seus regulamentos.

Item 7 - não há que se falar em integralização dos balancetes e demonstrações contábeis, pelos órgãos do judiciário já que estes utilizam o SIAFI na modalidade total e, conforme pode se depreender da macro-função 02.03.11- SIAFI, que trata da integração de saldos contábeis para elaboração do Balanço Geral da União (BGU) esta rotina destina-se apenas às unidades que não utilizam o SIAFI na modalidade total, itens 2.2.1 e 2.2.2, abaixo transcrito.

2.2.1 - As entidades descritas no item 2.1.1 que utilizam o SIAFI na modalidade total terão seus dados integrados automaticamente no sistema, e para fins de composição do Balanço Geral da União, deverão estar marcadas na Tabela de Órgãos do SIAFI (Transação CONORGÃO) com o indicador "ACUMULA BALANÇO DA UNIÃO" igual a "SIM".

2.2.2 - As entidades que não utilizam o SIAFI na modalidade total, deverão ter seus saldos integrados ao SIAFI, observando os procedimentos especiais de integração de saldos, tendo por base os valores contidos nos balancetes

mensais e demonstrativos encaminhados pelos órgãos/entidades, conforme, lista exemplificativa contida no Quadro "I" desta macro-função.

Item 8 - apesar de não estar explícita em nenhum dos regulamentos, esta atribuição acaba por ser desempenhada por todos os órgão que utilizam o SIAFI, pois quando se procede à análise dos registros efetuados no SIAFI e estes apresentam inconsistências decorrentes de falhas geradas pelo sistema é necessário interagir com a STN para que a mesma, na qualidade de gestora do SIAFI, possa analisar e providenciar os ajustes necessários. Sempre que é implementada uma nova funcionalidade no SIAFI as setoriais contábeis informam ao Tesouro Nacional as falhas por elas detectadas. Então pode-se subentender que essa relação é um processo natural decorrente da relação entre a STN e as setoriais.

Item 9 - de acordo com os regulamentos, em nenhum órgão do judiciário a setorial contábil tem, explicitamente, esta atribuição. Contudo os registros contábeis pertinentes aos fatos apurados e mensurados financeiramente pela comissão responsável pela apuração são efetuados pela setorial contábil, conforme dispõe a macro-função 02.11.38 que trata do registro de “diversos responsáveis” e no item 2.4 – fase 2 – responsabilidade apurada ao detalhar os procedimentos para o registro e assim dispõe: “Emitente do documento SIAFI: Setorial Contábil competente”. Diante do exposto, pode-se imaginar que os órgãos tenham em sua estrutura administrativa uma unidade responsável pela apuração dos fatos inquinados ou irregulares e devam dar conhecimento às setoriais contábeis para que possam efetuar os devidos registros, bem como dar-lhes o encaminhamento necessário.

Não é exagero lembrar que o Decreto 3589/2000, é uma norma editada para regulamentar as atividades das setoriais contábeis, sendo de observância obrigatória no âmbito do Poder Executivo, todavia em vista da autonomia administrativa conferida ao Poder Judiciário pela CF, torna-se impossível obrigar que os órgãos que o integram sejam obrigados à organizarem seus serviços de contabilidade analítica tal qual como é descrito no instrumento legal retro mencionado, pois assim estaria havendo a interferência de um poder na autonomia administrativa dos demais poderes da União. Contudo as atribuições que deixaram de ser incluídas nos regulamentos de organização da setorial contábil devem ser executadas por outra unidade administrativa, caso contrário estará deixando de se observar o princípio constitucional da legalidade.

Atribuições	STF	CJF	STJ	TST	TSE	TJDFT	Total de Unidades
Cadastrar usuários do SIAFI e demais subsistemas e registrar a conformidade de operadores	X		X	X	X		4
Analisar os reflexos contábeis dos registros de execução orçamentária e financeira e solicitar ajustes, quando necessário.	X		X	X	X	X	5
Verificar mediante consulta ao SIAFI a existência de contas com inconsistências contábeis			X				1
Manter arquivo de processos administrativos	X		X	X		X	4
Criar e atualizar a tabela de códigos para depósito na Conta Única do Tesouro	X						1
Supervisionar as atividades contábeis dos órgãos usuários do SIAFI, no âmbito de sua competência, com vistas a garantir a consistência das informações.		X			X		2
Atualizar o manual de classificação da despesa do Órgão			X	X			2
Elaborar e providenciar a publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal e Prestação de contas previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal	X						1
Acompanhar o cumprimento de decisões exaradas nos processos administrativos/sindicâncias envolvendo prejuízos ao erário, com vistas à verificação do adequado registro contábil da responsabilidade imputada, quando houver, bem como o resultado do julgamento, pelo TCU, de tomada de contas especiais, eventualmente instauradas			X				1
Produzir documentos de gestão orçamentária e financeira que compõem o relatório de Tomada de Contas Anual e de Prestação de Contas dos Ordenadores de despesa	X			X		X	3
Acompanhar o rol de responsáveis			X		X	X	3
Elaborar informações gerenciais					X		1
Total	6	1	7	5	5	4	

Quadro 3: atribuições não previstas na legislação mas relacionadas com as atribuições da setorial contábil

Verifica-se neste quadro as atribuições constantes dos manuais de organização dos órgãos e que na realidade referem-se à rotinas realizadas na execução das atividades típicas de setorial contábil e por alguma razão específica de cada entidade foram incluídas nas atribuições das unidades.

Atribuições	STF	CJF	STJ	TST	TSE	TJDFT	Total de Unidades
Subsidiar a elaboração de proposta orçamentária						X	1
Baixar a responsabilidade d e suprimento de fundos no SIAFI Despesas;	X						1
Executar a apropriação de despesas;	X						1
Executar os atos pertinentes à formalização de ressarcimento ao erário;	X						1
Efetuar ajustes relativos ao RMA e RMB	X			X		X	3
Atender e acompanhar o atendimento de diligências do controle interno e externo	X						1
Propor e/ou realizar auditorias			X			X	2
Efetuar a atualização de valores em processos judiciais				X			1
Analisar e ajustar as despesas sujeitas à inscrição de restos a pagar (RP)	X						1
Analisar a evolução da conta de RP	X						1
Conciliar as disponibilidades por fonte de recursos	X						1
Efetivar a execução financeira dos contratos	X						1
Manter a guarda de processos referentes à aquisição de bens e serviços	X		X	X		X	4
Proceder à conciliação de contas bancárias, conta contrato.	X						1
Registrar e acompanhar os depósitos em caução no SIAFI	X						1
Promover ajustes contábeis nos processos de execução orçamentária e financeira				X			1
Total	11	0	2	3	0	3	

Quadro 4: atribuições típicas de execução ou não relacionadas com as de setorial

Aqui estão as atribuições desempenhadas por algumas setoriais e que na realidade são atividades típicas de execução orçamentária e financeira ou de controle interno e pelo

princípio da segregação de funções não deveriam ser realizadas pela unidade que desempenha o papel de setorial contábil.

Observa-se que a setorial contábil do Tribunal Superior Eleitoral e do Conselho da Justiça Federal são as unidades cujas atribuições mais se aproximam das previstas no Decreto 3.589/2000 e poderiam servir como modelo de estrutura da setorial para os demais tribunais. Em contrapartida, percebe-se o Supremo Tribunal Federal, como o órgão com maior número de atribuições de execução orçamentária e financeira exercidas pela setorial.

O recém criado Conselho Nacional da Justiça foi introduzido na estrutura do Poder Judiciário pela emenda constitucional 45, conhecida como “reforma do judiciário”, e tem a função de exercer o controle externo sobre a magistratura. Entretanto este controle será exercido sobre os órgãos administrativos do Poder Judiciário, já que os juízes não sofrem qualquer tipo de controle por serem absolutamente independentes, conforme afirma LENZA (2008, p. 460) “As garantias atribuídas ao Poder Judiciário assumem importantíssimo papel no cenário da tripartição dos Poderes, assegurando a independência do Judiciário, que poderá decidir livremente, sem se abalar com qualquer tipo de pressão que venha dos outros Poderes”.

Por meio de resoluções o CNJ vem promovendo alterações administrativas no Poder Judiciário, como exemplo temos: a resolução 46, de 18 de dezembro de 2007 que cria as tabelas processuais unificadas do Poder Judiciário e dá outras providências; a resolução 45 de 17 de dezembro de 2007 que dispõe sobre a padronização dos endereços eletrônicos dos órgãos do Poder Judiciário, **resolução 49 de 18 de dezembro de 2007 que dispõe sobre a organização de Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica nos órgãos do Poder Judiciário relacionados no Art. 92 incisos III ao VII da Constituição da República Federativa do Brasil** (grifo do autor); resolução 53, de 11 de abril de 200 que estabelece procedimentos e prazos para encaminhamento, ao Conselho Nacional de Justiça, das propostas orçamentárias para o ano de 2009, e de solicitações de alterações orçamentárias autorizadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias no exercício de 2008 pelos Órgãos do Poder Judiciário da União e pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Destacou-se a resolução nº 49 por se tratar de um documento que determina a criação de uma unidade dentro da estrutura orgânica dos tribunais, estabelecendo em seu § 1º do artigo 1º qual a formação exigida dos servidores que constituirão essa unidade; e, em seu também §1º do artigo 2º determina que a unidade será subordinada ao Presidente ou Corregedor do Tribunal.

Pelo teor das ementas das resoluções expedidas pelo Conselho Nacional de Justiça, fica evidente que este órgão tem poderes para expedir determinações gerais de organização administrativa para os órgãos do Poder Judiciário a fim de que exista uma padronização destas atividades, e assim contribuir para o aperfeiçoamento dos trabalhos realizados no âmbito do Poder Judiciário, bem como dar maior transparência de suas atividades atendendo, desta forma, aos anseios da sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os regulamentos de organização das Secretarias dos Tribunais demonstram que as unidades setoriais de contabilidade, com exceção do Tribunal Superior Eleitoral, estão inseridas nas unidades de controle interno ou as áreas em que se realiza a execução orçamentária e financeira, e desta forma desempenhando atribuições que, pela sua natureza, não deveriam desempenhar. Outro ponto que pode ser observado na forma como as setoriais dos Tribunais estão organizadas diz respeito à falta da segregação de funções, contrariando, assim, um dos princípios de controle interno, considerado importante para prevenção de erros e fraudes.

Sabendo-se que compete ao CNJ exercer o controle externo sobre a magistratura, e que este controle diz respeito às atividades administrativas e, ainda, tomando-se por base as resoluções já expedidas pelo Conselho, poderia o CNJ expedir um documento semelhante à resolução nº 49 com vistas a padronizar a estrutura e as atribuições da unidade setorial de contabilidade dentro do Poder Judiciário, podendo centralizar no próprio Conselho uma unidade setorial de contabilidade que supervisionaria o trabalho desenvolvido pelas demais setoriais do Poder Judiciário, e esta poderia, ainda, emitir orientações no sentido de padronizar os procedimentos, manuais de orientação para a classificação de despesas que geram dúvidas para todos os órgãos do Poder e, assim ter a garantia da consistência das informações contábeis produzidas no âmbito do Judiciário, o que inclusive contribuiria sobremaneira para o melhor desempenho de sua atividade fiscalizadora sobre órgãos sujeitos a sua jurisdição, principalmente no tocante aos quesitos referentes à gestão financeira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria Um Curso Moderno e Completo**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas 2007.

Anais do **I Seminário Internacional de Contabilidade Pública**. Brasília 26 a 28 de novembro de 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988.

BRASIL. **Decreto nº 3.589/2000**, de 06 de setembro de 2000. Dispõe sobre o sistema de contabilidade Federal e dá outras providências.

BRASIL. Instrução Normativa 07 de 01 de março de 2004, institui o Manual de Organização do Supremo Tribunal Federal. Disponível em <http://www.stf.gov.br/portal/atoNormativo/verAtoNormativo.asp?documento=831>

BRASIL. **Lei 10.180/2001**, de 06 de fevereiro de 2001. Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei 4320/64**, de 17/03/1964. Estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União dos Estados dos Municípios e do Distrito Federal.

BRASIL. **Lei Complementar 101/2000**, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

BRASIL. **Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 12** – Estabelece regras de procedimentos técnicos a serem observadas quando da realização de trabalhos de Auditoria Interna. Aprovada pela resolução 986 de 21 de novembro de 2003 do Conselho Federal de Contabilidade. disponível em

BRASIL. Portaria do Presidente 019 de 02/04/2002, aprova as atribuições das unidades da Secretaria do Conselho da Justiça Federal (**Manual de Atribuições do Conselho da Justiça Federal**). Brasília: CJF, 2002. 137p., disponível em <http://daleth2.cjf.gov.br/download/ppr019-2002.pdf>

BRASIL. **Resolução 49 de 19 de dezembro de 2007**. Dispõe sobre organização de Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica nos órgãos do Poder Judiciário relacionados no Art. 92 incisos III ao VII da Constituição da República Federativa do Brasil

BRASIL. **RESOLUÇÃO N. 03 DE 22 DE ABRIL DE 2008**: Dispõe sobre a estrutura organizacional da Secretaria do TJDF, disponível em

http://www.tjdft.jus.br/tribunal/institucional/supro/documentos_word/resolucoes_word/2008/003.rtf.

BRASIL. Sistema Integrado de Administração e Finanças. **Manual MF**. Secretaria do Tesouro Nacional (on line).

DI PIETRO, Maria Silvia Zanella. **Direito Administrativo**. 21ª Ed. São Paulo: Atlas 2008

FEIJÓ, Paulo Henrique; PINTO, Liane Ferreira; MOTA, Francisco Glauber Lima. Curso de SIAFI, **Uma Abordagem Prática da Execução Orçamentária e Financeira**. Brasília: 2006;

<http://www.tce.rs.gov.br/artigos/pdf/controle-interno-administracao-publica.pdf> (acesso em 17.09.2008).

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/objetivos.asp> (acesso em 23.06.2008).

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Introdutória**. Equipe de professores da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP. Coordenação Sérgio Iudícibus. 8ª Ed. São Paulo: Atlas 1993;

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 12ª Ed. Revista, atualizada e ampliada. São Paulo: 2008.

LIMA, Diana Vaz de e CASTRO, Robson Gonçalves de. **Contabilidade Pública**. 3ª ed. São Paulo: Atlas 2007.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de pesquisa científica**. Metodologia Científica FACE/UnB. CEAD. Brasília.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MOTA, Francisco Glauber Lima. **Curso básico de contabilidade pública**. 2ª ed. Brasília, 2006.

PETER, Maria da Glória Arrais e MACHADO, Marcus Vinicius Veras. **Manual de Auditoria Governamental**. São Paulo: Atlas, 2003.

PLATERO, Norberto Pereira. **DA NECESSIDADE DA INTEGRAÇÃO DE CONTROLES NA ÁREA GOVERNAMENTAL E SUA IMPORTÂNCIA PARA A IMPLEMENTAÇÃO E O CUMPRIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**.

Monografia apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, para conclusão do curso de Pós-graduação *lato sensu* em Direitos Humanos. São Paulo, outubro de 2006.

RIBEIRO, Antônio de Pádua. O poder judiciário: algumas reflexões. In: TEXEIRA, Sálvio de Figueiredo (Coord.). **O Judiciário e a Constituição**. São Paulo: Saraiva, 1994. p. 31-51.

RIBEIRO. Renato Jorge Brown. **O Problema central do controle da Administração Pública pode ser resumido ao debate sobre modelos?** Revista do TCU. Brasília, v. 33, n.33, jul/set 2002. p.55/73.

SANTOS, Homero. **O Controle da Administração Pública**. Revista do TCU, Brasília, v. 28, n. 74, out/dez 1997, p.17/26.

SILVA, César Augusto Tiburcio; TRISTÃO, Gilberto. **Contabilidade Básica**. 2ª Ed.. São Paulo: Atlas, 2000.

SILVA, Lino Martins da. A normatização da contabilidade governamental: Fatores críticos que impactam as informações dadas aos usuários das informações contábeis. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**. Vol. 1, nº 01. Dez 2006/ mar 2007. Disponível em www.repec.cfc.org.br. (Acesso em 24.04.2008).

SILVA, Lino Martins da. **Auditoria das receitas públicas: análise crítica e contribuição**. Revista de Controle e Administração vol. 1, nº 1, junho de 2005. p. 08/29. (disponível em http://www7.rio.rj.gov.br/cgm/comunicacao/publicacoes/rca/2005_01_01.pdf#page=8 acesso em 16/05/2008)

www.cfc.org.br (acesso em 21.11.2008)

www.jf.gov.br (acesso em 21/07/2008)

www.planalto.gov.br (acesso em 15/09/2008)

www.stf.gov.br (acesso em 21/07/2008)

www.stj.gov.br (acesso em 21/07/2008)

www.stm.gov.br (acesso em 21/07/2008)

www.tjdft.gov.br (acesso em 21/07/2008)

www.tse.gov.br (acesso em 21/07/2008)

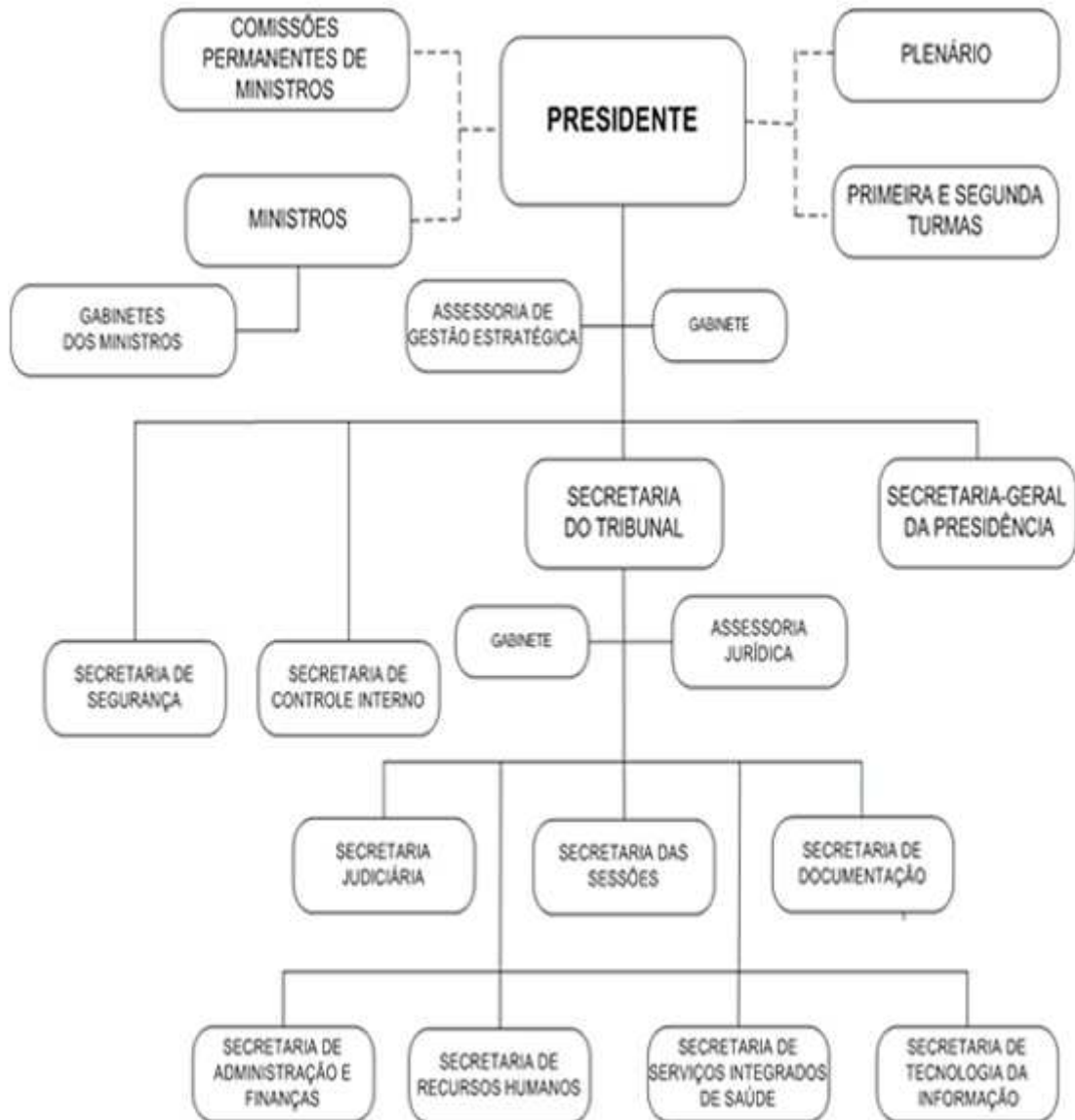
www.tst.gov.br (acesso em 21/07/2008)

ANEXOS

ORGANOGRAMA

Supremo Tribunal Federal

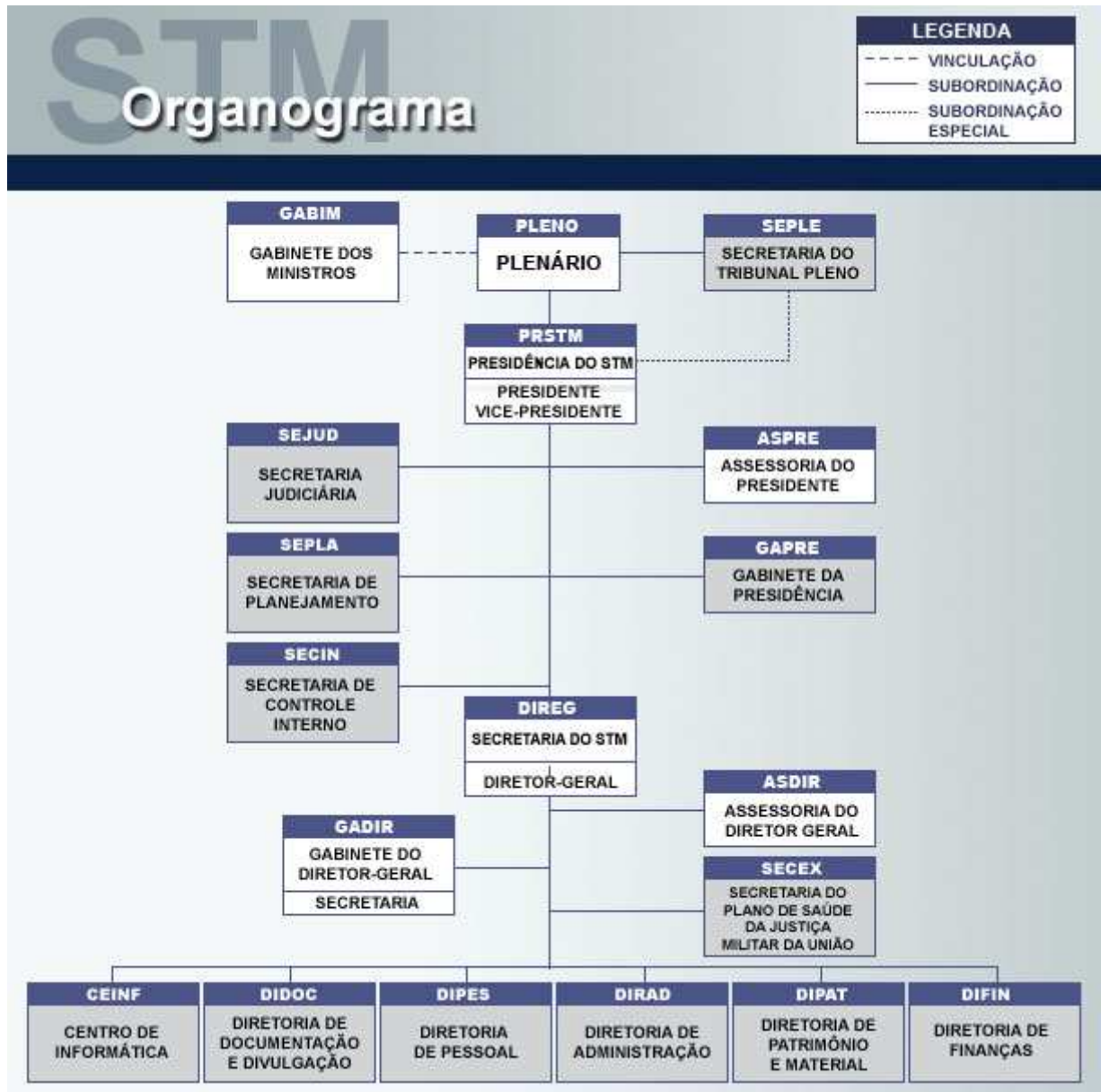
conforme ato regulamentar nº 6 de 12.05.2008



Fonte: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=sobreStfOrganograma>

ORGANOGRAMA

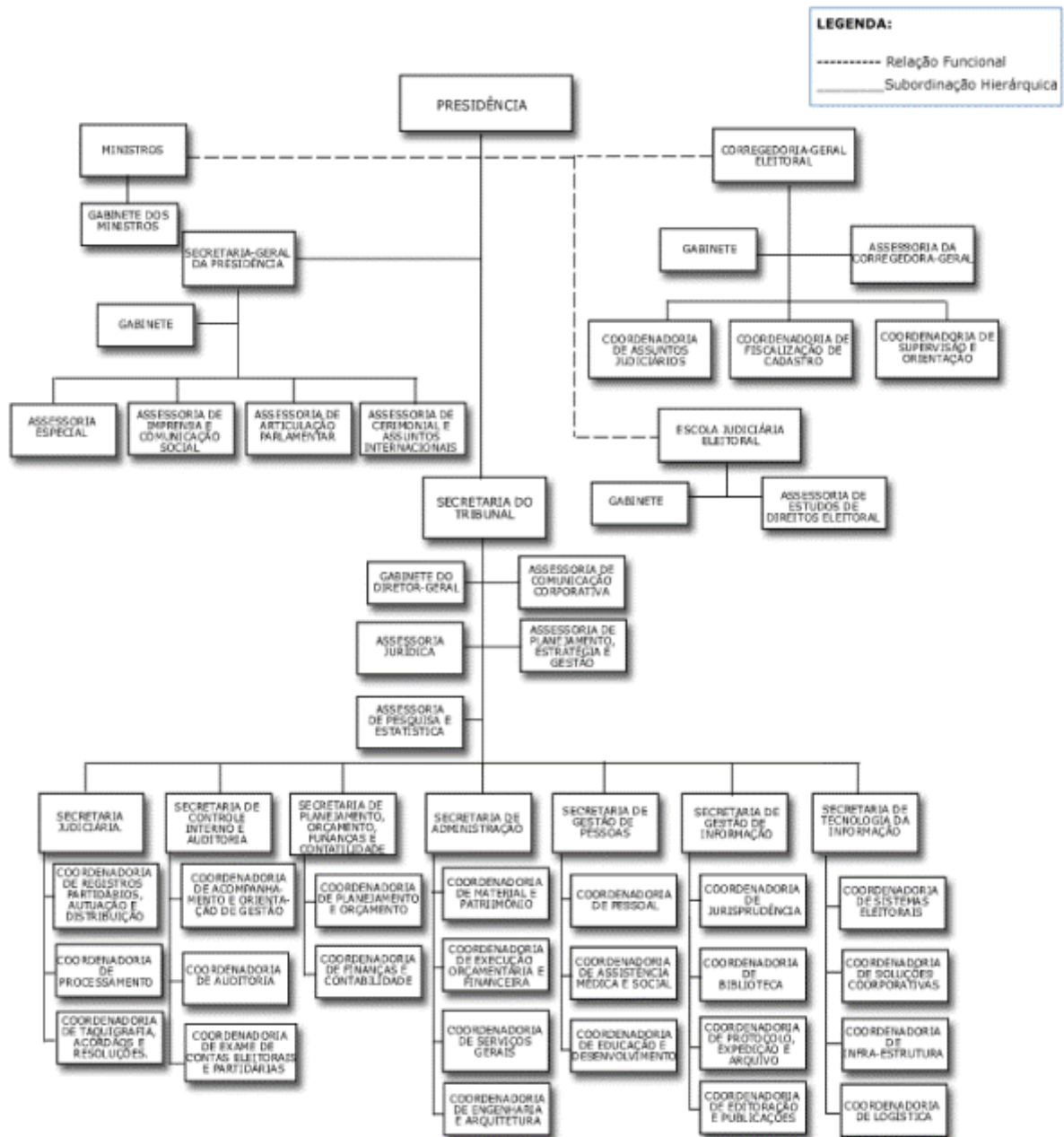
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR



FONTE: <http://www.stm.gov.br/institucional/organograma/organograma.htm>

ORGANOGRAMA

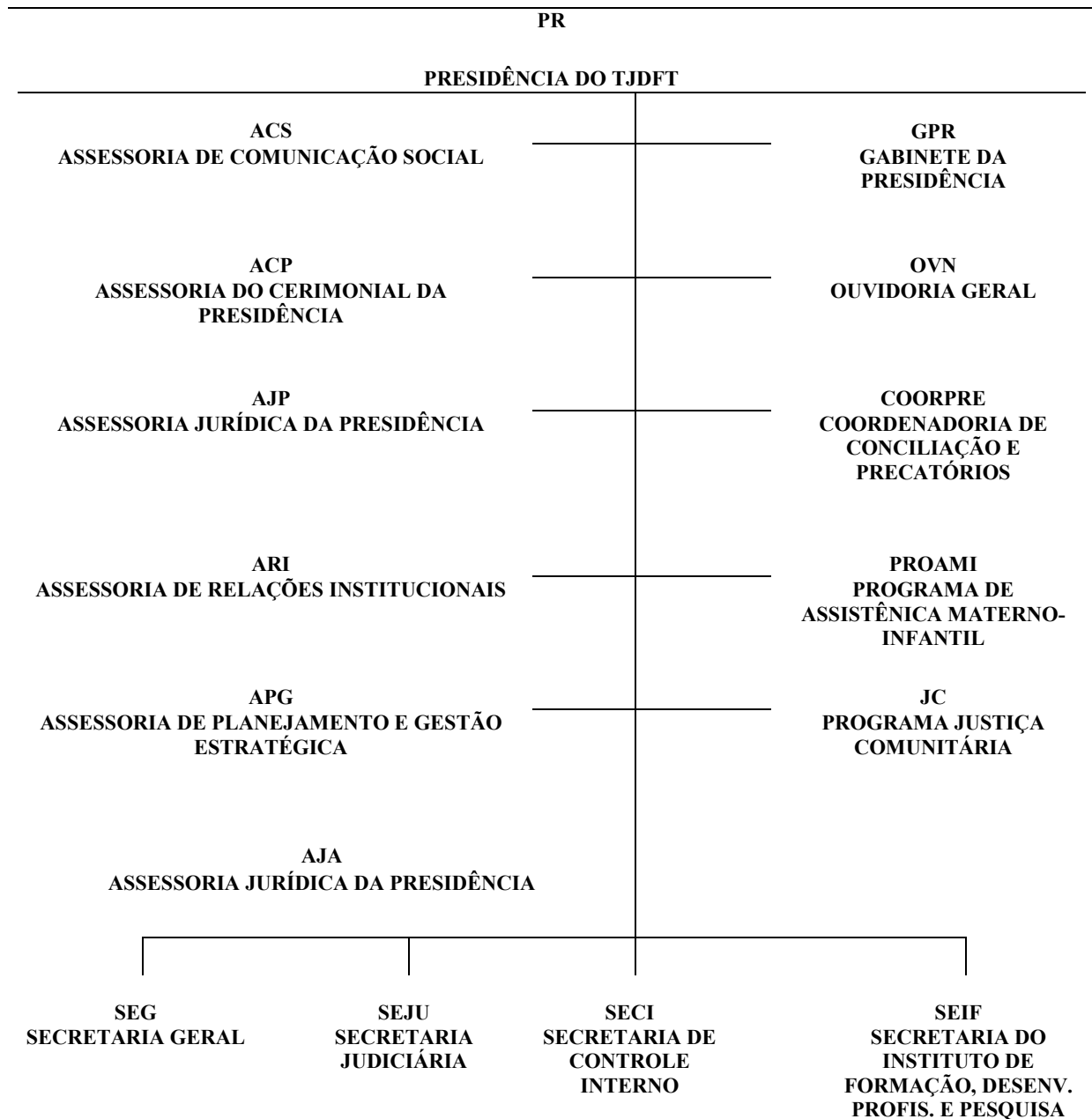
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL



FONTE: <http://www.tse.gov.br/internet/institucional/organograma.htm>

ORGANOGRAMA

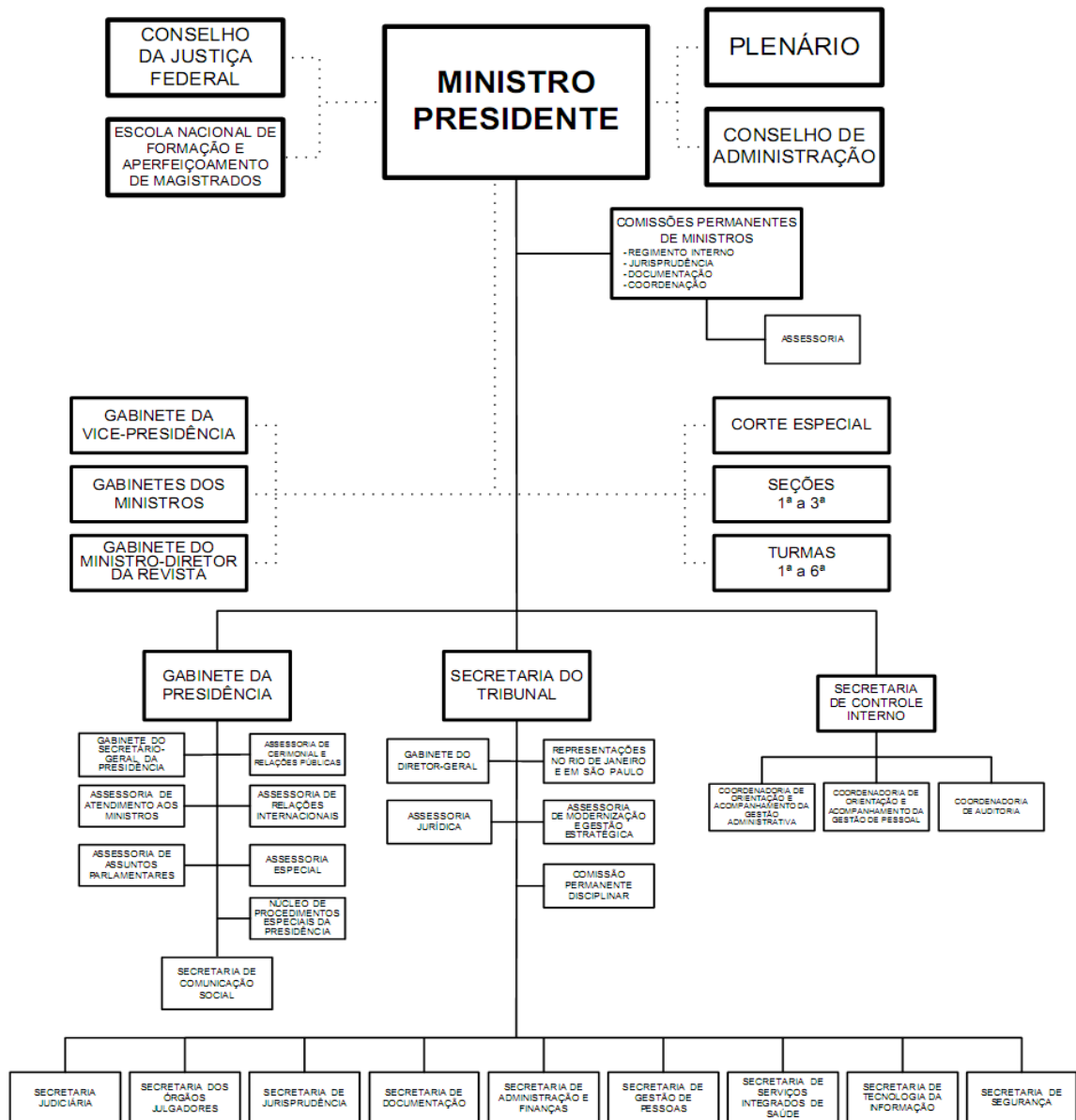
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS



Fonte: http://www.tjdft.jus.br/trib/inst/comp/inst_org.asp

ORGANOGRAMA

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Estrutura Básica
ABR - 2008

FONTE: http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/download.wsp?tmp.arquivo=31